



Ana Marta Queirós Oliveira Cortez

Histórias de vitimação e seus significados

Tese de Mestrado Integrado em Psicologia

Julho 2009

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia

Histórias de vitimação e seus significados

Tese apresentada por **Ana Marta Queirós Oliveira Cortez**, à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Ramo de especialização em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, sob orientação da Prof. Doutora Celina Manita, da FPCEUP.

Porto, 2009

Resumo

A violência doméstica é um fenómeno muito frequente e que afecta muitas mulheres, sendo um tipo de violência muito particular, praticado dentro de casa, no contexto de relações íntimas e de laços afectivos muito fortes, logo, com dinâmicas e fenómenos específicos que ajudam a que a vítima permaneça na relação abusiva e a que a violência permaneça escondida e mantida em segredo, por vezes, durante longos anos. Importa, por isso, estudar as dinâmicas e o impacto desta violência e perceber como o fenómeno evolui e como se definem no tempo trajetórias de vitimação. Para tal, será fundamental aceder aos significados e sentidos atribuídos pelas vítimas às experiências de vitimação que sofrem.

O objectivo do presente estudo de investigação consiste precisamente na exploração do impacto e significados atribuídos pelas vítimas às situações vividas de violência doméstica, procurando também perceber se existe uma escalada da violência conjugal ao longo do tempo da relação íntima.

A abordagem utilizada foi qualitativa e focada na pessoa. O estudo incidiu sobre um grupo de 5 mulheres vítimas de violência conjugal continuada. Para a recolha de dados utilizou-se um método biográfico – o Biograma – e uma entrevista inicial semi-estruturada.

Através da análise das entrevistas e das narrativas construídas durante a elaboração dos biogramas, constatou-se que, de um modo geral, ocorreram fenómenos de escalada, com aumento da frequência da violência ao longo da relação, tendo, na quase totalidade dos casos, os maus tratos começado ainda na fase de namoro. É também visível, neste estudo, que a violência conjugal assenta numa relação de dominação e desigualdade entre géneros, baseada em tradições patriarcais, tratando-se de uma dinâmica que envolve uma violência progressiva, sistemática e grave, com recurso a múltiplas estratégias de controlo que resultam numa menor probabilidade de defesa por parte da vítima. No que diz respeito aos significados conferidos pelas vítimas aos episódios violentos, estes oscilam entre a não valorização e não-significação como violência e a percepção de que estes correspondem a exercícios discricionários de poder do homem sobre a mulher.

Palavras-chave: *vitimação; violência conjugal; mulheres vítimas; escalada da violência; significados; Biograma; Métodos Biográficos; Métodos Narrativos.*

Abstract

Domestic violence is a quite common phenomenon and it affects many women regarding that it is a very specific type of violence portrayed inside the household within intimate relationships and strong affection bonds. Therefore, it has very specific dynamics and phenomena which help to keep the victim in the same abusive relationship and that the violence remains hidden and kept secret sometimes for several years. It is important, for that same reason, to study the dynamics and the impact of this type of violence in order to understand how this phenomenon develops and how the trails of victimization are defined in time. For that purpose, it will be essential to have access to the meaning given to the experiences by the victims to such suffering.

The goal of this investigation study consists precisely on the impact and meaning given to the specific domestic violence situations by the victims and at the same time, trying to understand whether there is a rise of conjugal violence throughout the intimate relationship.

The approach to this study was qualitative and focused on the individual. The study was based on a group of 5 women, all victims of continuous conjugal violence. The method used for the data collection was a biographical one – the Biogram – and an initial semi-structured interview.

Through the analysis of the interviews and narratives built during the elaboration of the Biogram, it was observed that, generally, the phenomena of rising violence had occurred, with an increased frequency of violence throughout the relationship. In most cases, the abuse started in the early phase of dating. It is also clear that the conjugal violence is settled on a dominating relationship with uneven equality of gender, based on patriarchal tradition, involving a progressive, systematic and serious violence, using multiple strategies of domination that lead to a lower probability of defence by the victim. Regarding the meanings given to the violent episodes by the victims, these vary between denial of importance and denial of meaning of the violence and the perception that these acts correspond to discretionary exercises of man-on-woman power.

Key-words: victimization; conjugal violence; victimized women; increasing violence; meanings; Biogram; Biographical Methods; Narrative Methods.

Résumé

La violence domestique est un phénomène très fréquent et qui affecte beaucoup de femmes, étant un type très particulier de la violence, pratiqué “entre-murs”, dans le cadre de relations intimes et de liens affectifs très forts, donc, avec des dynamiques et des phénomènes spécifiques qui aident la victime à rester en relation abusive et à que la violence reste cachée et gardée secrète, parfois, pendant de longues années. C’est important, donc, d’étudier les dynamiques et l’impact de cette violence et comprendre comme le phénomène évolue et comme sont définies dans le temps les trajectoires de victimisation. Pour tel, il sera fondamental d’accéder aux significations et aux sens attribués par les victimes aux expériences de victimisation qu’elles souffrent.

L’objectif de cette étude de recherche consiste précisément sur l’exploration de l’impact et les significations attribuées par les victimes aux situations vécues de violence domestique, cherchant aussi à savoir s’il existe une escalade de la violence conjugale au fil du temps de la relation intime.

L’approche utilisée a été qualitative et concentrée sur la personne. L’étude a frappé sur un groupe de 5 femmes victimes de violence conjugale continue. Pour la collecte de données a été utilisée une méthode biographique – O Biograma – et une première entrevue à demie structurée.

Par l’analyse des entrevues et des récits construits pendant l’élaboration des biogramas, il a été constaté que, en général, eu lieu des phénomènes d’escalades, avec l’augmentation de la fréquence de la violence au long de la relation, ayant, dans presque tous les cas, la maltraitance commencé encore au stade du début de la relation amoureuse.

Il est également visible, dans cette étude, que la violence conjugale est fondée sur une relation de domination et d’inégalité entre sexes, basée sur les traditions patriarcales, s’agissant d’une dynamique impliquant une violence progressive, systématique et grave, avec l’utilisation de plusieurs stratégies de contrôle, qui résultent en une plus faible probabilité de défense de la part de la victime. En ce qui concerne les significations conférées par les victimes aux épisodes violents, ceux-ci oscillent entre la non-valorisation et la non-signification comme violence et la perception de que ceux-ci correspondent à des exercices discrétionnaires de pouvoir de l’homme sur la femme.

Mots-clés: *victimisation; violence conjugale; femmes victimes; escalade de violence; significations; Biograma; Méthodes biographiques; Méthodes narratives.*

Dedicatória

À minha mãe por estar eternamente ao meu lado.

*À minha avó materna por ter acreditado sempre em mim, pelo amor autêntico e pelos
seus conselhos sábios. Obrigada!*

Agradecimentos

Muito obrigada a todas as pessoas que tornaram este trabalho possível:

Em particular, às minhas utentes, por partilharem comigo as suas histórias de vida, as suas vivências mais íntimas, permitindo-me um olhar mais atento sobre esta problemática.

À minha família, que embora de formas diferentes, sempre me apoiou ao longo destes anos de faculdade. Espero que se orgulhem de mim.

À Marta Bonifácio, pelo apoio incondicional, pela ajuda infindável e palavras amigas, pela paciência e amizade genuína.

Aos meus amigos, por todo o apoio que me deram ao longo deste período, que mesmo tão longe estiveram sempre por perto.

Em especial às companheiras deste percurso, Li, Loirita e Sia, por me conseguirem fazer sorrir quando tudo está pesado demais.

À minha orientadora, a Professora Doutora Celina Manita, pela aprendizagem que me permitiu e pela sua disponibilidade para me ajudar na realização da tese. É para mim um grande exemplo na área profissional.

Aos responsáveis da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima por me terem autorizado o desenvolvimento do meu trabalho de pesquisa na instituição.

Abreviaturas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

O.M.S. – Organização Mundial de Saúde

Índice Geral

Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico	3
1. Vitimologia e Criminologia	4
2. Violência	7
2.1. Violência Doméstica	10
2.2. Violência Conjugal	14
3. Impacto da Vitimação	20
Parte II – Estudo Empírico	23
Introdução	24
1. Objecto e objectivos de estudo	24
2. Metodologia de estudo	25
2.1. Tipo de investigação	25
2.2. Amostra	27
2.3. Procedimentos	27
2.4. Instrumentos	28
3. Apresentação e discussão dos resultados	30
4. Conclusão	60
5. Considerações Finais	63
Bibliografia	65
Anexos	69

Índice de Figuras

Gráfico do Biograma 1	31
Gráfico do Biograma 2	34
Gráfico do Biograma 3	37
Gráfico do Biograma 4	40
Gráfico do Biograma 5	43

Índice de Anexos

Anexo A: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma

Anexo B: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Francisca

Anexo C: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Sofia

Anexo D: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Luísa

Anexo E: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Margarida

Anexo F: Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Madalena

Anexo G: Quadro 1. Dados demográficos relativos às participantes

Anexo H: Quadro 2. Dados relativos à natureza da relação

Observações: Por motivos de confidencialidade, foram retirados os anexos B, C, D, E e F.

Introdução

Segundo o Conselho da Europa, “a violência contra mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre as mulheres dos 16 aos 44 anos, superando o cancro, os acidentes de viação e as mortes em contextos de guerra” (cit. CIDM, 2003, in Matos, 2006, p.43).

A violência doméstica é um problema grave, que afecta Portugal, como a comunidade internacional, sendo frequentemente apresentados dados estatísticos relativos à sua evolução, tanto a nível nacional como internacional, que revelam a gravidade da situação. Segundo dados da União Europeia, uma em cada cinco mulheres sofre maus tratos por parte do seu marido ou companheiro, pelo menos uma vez na vida, e 25% da totalidade dos crimes violentos que chegam ao domínio público, dizem respeito a agressões perpetradas contra a mulher, pelo seu marido ou companheiro.

Neste trabalho iremos abordar a temática da violência doméstica/conjugal, procurando contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre este problema social, em particular sobre as trajectórias de vitimação de mulheres e os significados que estas atribuem aos episódios de violência sofridos. Para tal, recorreremos a experiências reais de violência, vividas e relatadas na primeira pessoa, procurando nelas regularidades e idiossincrasias associadas às vivências destes acontecimentos, tentando, através delas, aceder aos significados pessoais atribuídos à violência.

Esta dissertação está organizada em duas grandes partes. Na primeira parte, analisamos a literatura existente nesta área de investigação, procurando apresentar as principais conclusões e contributos teóricos da investigação aos níveis da vitimologia e da criminologia, enfatizando as dinâmicas e consequências da violência doméstica e, dentro desta, da violência conjugal em particular. Na segunda parte, apresentamos o estudo empírico por nós realizado junto de uma amostra de mulheres vítimas de violência conjugal. Começamos por apresentar os objectivos deste estudo, seguindo-se a caracterização dos instrumentos utilizados – o Biograma, na linha dos métodos biográficos e narrativos -, discutindo a sua utilidade e validade para o estudo em causa, fazemos a descrição do processo de recolha de dados e a caracterização da amostra. Finalizamos com a apresentação dos resultados e a discussão das principais conclusões, além de uma referência às dificuldades com que nos confrontamos ao longo deste processo, apontando algumas limitações do trabalho realizado e

destacando as questões e reflexões que nos parecem importantes para a continuação do trabalho neste domínio de investigação.

Parte I

Enquadramento teórico

1. Vítimologia e Criminologia

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, refere Fletcher (1997), ocorreu uma transformação na forma como a violência passou a ser praticada devido, sobretudo, à progressiva censura exercida sobre a violência privada, na sequência das transformações sociais, culturais e políticas vividas e da progressiva transformação das mentalidades. Neste contexto, quer a abordagem do crime e do criminoso, quer a abordagem da vitimação e da vítima, assim como das dinâmicas da vitimação, sofreram alterações, operadas quer ao nível das representações e da acção social, quer ao nível da investigação científica e da produção de conhecimentos sobre estes fenómenos. A criminologia e a vitimologia, disciplinas convergentes, sofreram profundas transformações a partir do final do século XIX, com consequências ao nível das práticas e da própria concepção e estatuto da vítima.

Efectivamente, após a Segunda Grande Guerra, a vítima começou a ser objecto do interesse da criminologia, tendo dado origem a diversos estudos e à emergência de uma nova disciplina que, na sequência dos trabalhos e propostas de Wertham (1949) se virá a designar Vitimologia” (Fattah, 1997, cit. in Gonçalves & Machado, 2003). A vitimologia, apesar de ser uma disciplina recente, atravessou já três grandes períodos ou fases – a da vitimologia etiológica, a da vitimologia humanista e a da vitimologia científica, o período actual (idem).

A “primeira vitimologia” é uma vitimologia etiológica, preocupada com a explicação das causas do comportamento criminal, em que o papel da vítima era também levado em conta, numa concepção dinâmica da motivação criminal (Peters, 1988). Neste contexto, o acto criminal é entendido como uma acção determinada por aspectos estruturais da personalidade do agente, mas igualmente como uma reacção a pistas situacionais que envolvem, nomeadamente, o comportamento da vítima (Fattah, 1994). Segundo Garafolo (1914), a vítima poderia, pelo seu comportamento, desencadear o ataque criminal (Meir & Miethe, 1993), ideia que constituiu um dos cernes do primeiro período da vitimologia, entre os finais dos anos quarenta e o final da década de sessenta.

O discurso vitimológico estava, então, organizado em torno de dois conceitos centrais: por um lado, o de “vítima nata”, por outro, o de precipitação do crime pela vítima. O conceito de “vítima nata”, proposto por von Henting em 1941, tem origem na criminologia positivista de Lombroso, perspectiva segundo a qual a vítima seria

determinada pelas suas tendências auto-destrutivas (Fattah, 1997, cit. in Gonçalves & Machado, 2003). Ellenberg (1955) afirma mesmo que as vítimas seriam indivíduos que “atraem os criminosos (...) em virtude de uma predisposição permanente e inconsciente para desempenharem o papel de vítima” (idem, p.20), sendo o criminoso não mais do que o agente concretizador dessa tendência. O conceito de precipitação do crime pela vítima refere que a vítima pode despoletar a motivação criminal, contribuindo para o agravamento da violência (Molina, 1994, cit. in Fattah, 1995, in Gonçalves & Machado, 2003). Este conceito foi explorado por vários autores, mas a polémica surge com a aplicação desta noção à violação, realizada por Amir (1971, cit. in Doerner & Lab, 1998, in Gonçalves & Machado, 2003). Segundo este autor, a violação ocorreria devido ao desejo inconsciente da vítima, ou, dito de outra forma, devido ao seu comportamento, o qual suscita interpretações erradas por parte do ofensor. Esta proposta suscitou uma elevada controvérsia pelo facto de culpabilizar a vítima, quase isentando o agressor de responsabilidade pelo acto cometido, acabando mesmo por ser acusada de esconder fortes preconceitos sociais e de ter subjacentes pressupostos insustentáveis, como, por exemplo, a crença de que o comportamento de um indivíduo determina o comportamento de outro (Doerner & Lab, 1998, cit. in Gonçalves & Machado, 2003).

Dada a elevada contestação a estas teorias, por causa da culpabilização da vítima, os conceitos de “vítima nata” e de precipitação do crime pela vítima foram, então, substituídos pelos conceitos de vulnerabilidade e oportunidade, deslocando, assim, o foco de análise do domínio intra-psíquico e moral para o campo probabilístico, de acordo com o qual determinados indivíduos são mais vulneráveis ao crime devido a razões de ordem estrutural e comportamental e não de ordem psicológica, chamando a atenção para a distinção entre os conceitos jurídico e moral de culpa (Fattah, 1972, cit. in Petters, 1988, in Gonçalves & Machado, 2003). Torna-se, então, necessário identificar os factores de vulnerabilidade associados ao delito, recorrendo, para tal, aos inquéritos de vitimação, no sentido de analisar estes factores, contribuindo este conhecimento para a elaboração das teorias de vitimação (Meier & Miethe, 1993, cit. in Gonçalves & Machado, 2003).

A primeira tentativa de conceptualização sistemática da vitimação criminal deu origem à “teoria do estilo de vida”, segundo a qual os diferentes estilos dos indivíduos os levam a uma exposição diferencial ao risco, pelo que se encontram diferenças demográficas ao nível da vitimação (Hindelang, Gottfredson e Garafolo, 1978, cit. in Meier e Miethe, 1993, in Gonçalves & Machado, 2003). Alguns autores defendem que

não se deve abandonar completamente a ideia de crime precipitado pela vítima, embora, de acordo com a “teoria do estilo de vida”, as causas se possam atribuir às condutas e não às predisposições do indivíduo. A “teoria do estilo de vida” refere-se, portanto, à vítima comportamental, que se torna mais vulnerável pelo seu estilo de vida, entendendo, por exemplo, que os indivíduos envolvidos em actividades públicas estão mais expostos aos agressores em virtude da sua actividade (Meier & Miethe, 1993, cit. in Gonçalves & Machado, 2003).

Também as abordagens feministas da criminologia têm contribuído, decisivamente, para as novas representações da vítima, que tem vindo a ser percebida de forma mais positiva, ao longo da segunda metade do séc. XX. Na década de sessenta, a problemática dos maus tratos a crianças tornou-se objecto de estudo científico, seguindo-se, na década de setenta, o interesse pelo estudo da problemática da violência conjugal contra a mulher e do abuso sexual, já na década de oitenta. A partir dos anos noventa, o foco da investigação centrou-se no idoso maltratado ou negligenciado (Saraga, 1996, cit. in Gonçalves & Machado, 2003).

No que respeita à violência contra a mulher, estas abordagens evidenciam o facto de os actos violentos serem cometidos entre indivíduos conhecidos, muitas vezes familiares, caracterizando, assim, as relações de violência, por uma frequente proximidade entre agressor e vítima, e contribuindo para uma nova perspectiva de explicação do crime, em que as características individuais da vítima dão lugar às características da estrutura social e da cultura dominante na qual esta, como o agressor, se encontra inserida. Além das abordagens feministas, emerge nos anos oitenta o realismo de esquerda, corrente criminológica derivada do marxismo, que vem chamar a atenção para a vulnerabilidade estrutural dos indivíduos, decorrente de factores económicos e raciais, que resultam numa distribuição desigual dos riscos associados ao delito, proporcionando um novo olhar sobre a semelhança estrutural entre ofensores e vítimas. Assim sendo, são as classes desfavorecidas, caracterizadas por menor poder económico e social, as mais afectadas pelo crime.

As abordagens feministas e realistas contestam as explicações individualistas e comportamentais do delito, tendo apresentado contributos inegáveis, sobretudo ao desvendar as desigualdades estruturais que favorecem a vitimação. Contudo, centram-se na violência e nas vítimas individuais, excluindo outras formas de vitimação, pelo que acabam por aceitar a definição tradicional de crime (Walklate, 1992, cit. in Fattah, 1995, in Gonçalves & Machado, 2003).

É neste contexto de atenção à vítima e às suas necessidades que Elias (1990, cit. in Gonçalves & Machado, 2003) propõe, então, a “nova vitimologia dos direitos humanos”, procurando responder à necessidade de definir uma teoria de vitimologia atenta a todas as circunstâncias susceptíveis de lesar a dignidade e os direitos dos cidadãos. Neste quadro, surgem múltiplas associações e instituições para a defesa e o apoio a vítimas, características daquela que é considerada a “segunda vitimologia” – uma vitimologia humanista e clínica.

Ainda no final do séc. XX, sobretudo a partir da década de oitenta, o fenómeno criminal sofreu uma crescente politização, acompanhada de um forte alarmismo social associado ao sentimento de insegurança, culminando num discurso politicamente conservador e crescentemente punitivo do crime (Fattah, 1995; Petters, 1988; Elias, 1990, cit. in Gonçalves & Machado, 2003). Este discurso recuperou a imagem da vítima inocente em contraposição a um ofensor desumanizado, e enfatizou os crimes de rua (Elias, 1990, cit. in Gonçalves & Machado, 2003).

Em conclusão, a vitimologia gerou diversas disputas em volta da definição do crime, marcadas por conflitos entre correntes conservadoras e progressistas e, mesmo por tensões no sector privado (Mawby & Walklate, 1994; Maguire & Shapland, 1990, cit. in Gonçalves & Machado, 2003). A fim de se afirmar como disciplina científica e de decidir se deve manter-se como um ramo da criminologia, no seio da qual nasceu, ou autonomizar-se, a vitimologia deve, no entanto, delimitar o seu objecto de estudo, definir metodologias próprias de investigação e recorrer à recolha e análise de dados empíricos (Cressey, 1992, cit. in Fattah, 1995, in Gonçalves & Machado, 2003). Será esta a fase em que se encontra actualmente, o terceiro período da vitimologia, uma vitimologia científica.

2. Violência

Em termos globais, a violência doméstica tem sido conceptualizada como uma violação dos direitos humanos (cf. Nações Unidas, 2003, cit. in Sever, Dawson & Johnson, 2004). Os estudos realizados a nível nacional revelam que também a sociedade portuguesa tem, gradualmente, vindo a despertar para esta realidade, pelo que tem aumentado a consciência social de que este se trata de um fenómeno de elevada prevalência (e.g. Lourenço & Lisboa, 1992), a exigir a atenção e acção/barras

denúncia de todos/as. Neste sentido, importa referir o facto de se ter verificado uma grande evolução relativamente ao número de denúncias, por violência doméstica, registadas pelas Forças de Segurança entre 2000 e 2007, sendo que foram registadas aproximadamente mais de 10 mil queixas no ano de 2007 (21.908 queixas no total), quando comparado com o ano de 2000 (11.162 queixas no total). Na sequência desta constatação, indica a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) que o número de mulheres que morreram, vítimas de violência doméstica, quase duplicou de 2007 para 2008, detectando, igualmente, um aumento significativo do número de casos registados. Vários factores contribuíram para uma mudança de perspectiva relativamente à violência doméstica, reconhecendo que a violência contra a mulher é, efectivamente, um problema social grave. Além da maior transparência das relações familiares, acompanhada pela redefinição do papel da mulher na família e na sociedade, que lhe possibilitou exercer os seus direitos individuais, os testemunhos de algumas vítimas e de certos movimentos colectivos permitiram lançar novos olhares sobre os casos de violência contra as mulheres, culminando numa nova sensibilidade face ao fenómeno.

As estatísticas relativas ao ano de 2007, apresentadas no Relatório Anual de Segurança Interna, fornecem uma leitura do fenómeno da violência na sociedade contemporânea. Quanto às ocorrências registadas em 2007, as Forças de Segurança referem ter sido realizados 21.907 registos, no que diz respeito a todo o território nacional, dos quais 81% das ocorrências se referia a violência exercida sobre cônjuges. Este relatório menciona que a violência é, essencialmente, exercida por homens contra mulheres, na sua maioria, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Relativamente aos crimes prevalentes no âmbito da violência doméstica, estes compreendem, sobretudo, ofensas corporais e maus tratos (mais de 80% do total), e crimes contra a liberdade pessoal, nomeadamente ameaças e coacção.

Os dados estatísticos da APAV, relativos ao 1º semestre do ano de 2008, referem que durante este período de tempo esta instituição registou um total de 7788 casos de crimes de violência doméstica, de entre os quais, os crimes de maus tratos físicos e psíquicos perfizeram um total de 64% das ocorrências, seguindo-se o crime de ameaças (20%). Relativamente às características das vítimas, os dados indicam serem, na sua maioria, mulheres, correspondendo a um total de 89,7%, das quais, 47,1% têm idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos de idade e 49,7% são casadas. Este relatório refere, ainda, que cerca de 90% das situações de violência doméstica registadas pela APAV, no 1.º semestre de 2008, foram praticadas por

peessoas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos de idade (40,7%) e casados, em mais de 55% dos casos. No que respeita à relação do autor do crime com a vítima, 61,6% das situações sinalizadas ocorreram no contexto de relações familiares de proximidade, nomeadamente entre cônjuges/companheiros. Quanto ao local do crime os utentes que recorreram à APAV, referiram com maior frequência a residência comum da vítima e do autor de crime, apresentando valores na ordem dos 74% dos casos.

A violência na intimidade é, portanto, uma realidade comum às mulheres portuguesas, exercida no contexto de casa, pelo seu parceiro, em relações maritais e não maritais. Assim sendo, o conhecimento dos factores envolvidos neste fenómeno revela-se muito importante, “não só em termos de prevenção primária, como também em termos da intervenção a encetar junto das pessoas envolvidas em relações abusivas” (Paiva & Figueiredo, 2003, p. 166). São, por isso, cada vez mais frequentes as iniciativas que incentivam e motivam as mulheres vítimas de violência doméstica a procurar e pedir ajuda, dando visibilidade a esta problemática, bem como às suas consequências nefastas, com o objectivo de analisar o fenómeno e encontrar possíveis soluções, definindo estratégias de intervenção e prevenção.

A violência doméstica é entendida como um fenómeno de carácter transversal e multidimensional. Por um lado, esta problemática atinge todos os estratos sociais, não sendo um acontecimento exclusivo das classes socialmente desfavorecidas, ainda que seja socialmente mais visível nestes casos. Por outro lado, varia em termos de tipologia e severidade, podendo assumir várias formas, desde o abuso físico, sexual, psicológico/emocional, com diferentes níveis de intensidade, como o empurrão, a bofetada, a violação, entre outros. O fenómeno de escalada é habitualmente descrito no abuso contra as mulheres, em termos de frequência e gravidade, sendo que os actos abusivos tendem a agravar-se ao longo do tempo (Wofforft, Mihalic & Menard, 1994). Dadas estas características, vários autores referem a violência doméstica como um *continuum comportamental*, cujos actos podem incluir desde a agressão verbal à agressão física severa (Feld & Straus, 1990; Straus & Sweet, 1992; cit. in Salari & Baldwin, 2002), podendo, mesmo, culminar em homicídio. De acordo com a literatura, o abuso verbal e psicológico tende a preceder e acompanhar a agressão física (Gelles & Straus, 1988; Okum, 1986; cit. in DeKeseredy, 2000), sendo que vários estudos documentam que os danos sentidos pelas vítimas de forma mais significativa e permanente ao longo do tempo parecem ser causados pelo abuso psicológico (DeKeseredy & Schwartz, 2001).

2.1. Violência Doméstica

A violência entre pessoas ligadas por laços de intimidade não é um fenómeno recente. Neste sentido, Walker (1994) afirma que as mulheres sempre foram maltratadas pelos homens, assumindo um estatuto de subordinação e subserviência. Fenómeno vivido em silêncio e sem grande visibilidade na sociedade, somente nos finais do séc. XX os maus tratos conjugais se tornaram uma questão pública e um problema social. A literatura revela um progressivo aumento da visibilidade dos fenómenos de violência na família, devido a múltiplas transformações ocorridas ao longo dos anos e que culminaram na valorização, no sentido da reprovação, de actos anteriormente considerados como normativos num relacionamento marital (e.g., o estatuto social de submissão da mulher, a confinção desta ao espaço doméstico, o homem como detentor de todo o poder, a coacção sexual), e que, actualmente, são entendidos como actos de violência, sujeitos a punição pela lei penal.

Tanto no plano nacional, como no plano internacional, o fenómeno da violência doméstica tem assumido um carácter público, não podendo ser encarado apenas como uma questão do foro particular. Verifica-se uma maior consciencialização da dimensão e gravidade desta problemática, que atenta contra os direitos e afecta a qualidade de vida de muitas pessoas e comunidades. Segundo Matos e Machado (1999) esta consciencialização social deve-se a várias mudanças ocorridas na sociedade, tais como a progressiva autonomia económica das mulheres, a redefinição do papel da mulher na família, a adopção de uma estrutura familiar nuclear em substituição da família alargada, a democratização da sociedade e consequentemente o aumento do reconhecimento e motivação dos cidadãos para usufruir dos seus direitos.

Os progressos alcançados não são, contudo, suficientes para erradicar o problema da violência no seio da família, pelo que o fenómeno persiste, compreendendo um conjunto de crimes cujas vítimas sofrem, não só, efeitos físicos e psicológicos directamente associados à experiência de vitimação, como também, consequências sociais resultantes da desorganização total ou parcial dos seus projectos de vida.

A violência doméstica pode ser definida como “qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo

agregado doméstico privado (pessoas a viver em alojamento comum), ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital.” (Antunes, 2003, p. 47). Relativamente aos perpetradores da violência doméstica, a literatura revela agressores pertencentes a todos os meios socioculturais e educacionais, sendo esta, contudo, uma problemática mais visível nas classes sociais mais desfavorecidas, devido ao facto de estas estarem mais expostas à observação da sociedade, não possuindo os mesmos meios das classes mais altas para “esconder” de forma eficaz o problema.

No que toca às causas da violência doméstica, estas são objecto de estudo em particular de três abordagens teóricas. Por um lado, as teorias sociais e culturais, que explicam a violência doméstica através dos valores culturais e estruturas sociais que legitimam o controlo e a dominação masculina sobre as companheiras. Por outro lado, as teorias baseadas na família, que atribuem os comportamentos violentos à estrutura da família e às suas interações mais do que ao indivíduo. Ainda, as teorias centradas no indivíduo, que associam a violência doméstica a problemas psicológicos, entendidos como “desordens da personalidade”, os quais podem ter origem quer nas experiências de infância, quer numa predisposição biológica do indivíduo (Antunes, 2003).

Na sua tese de doutoramento, Matos (2006) conclui que a vitimação na intimidade é uma experiência que acarreta um preço elevado, sendo bastante notórios os danos directos e indirectos, tanto para as vítimas, como para os seus filhos, destacando-se os problemas de saúde, as dificuldades comportamentais, emocionais e relacionais. Analisando vários estudos levados a cabo neste domínio, a autora afirma que os dados da investigação nacional corroboram dados internacionais, indicando que a falta de recursos diversos de apoio, assim como os próprios efeitos que decorrem da experiência de vitimação, condicionam o momento da tomada de decisão da vítima, sendo que a condição de vitimação é geradora de grande vulnerabilidade pessoal (Matos, 2006).

Estudos internacionais sobre a prevalência da violência doméstica, revelam que se trata de uma problemática comum (Berry, 2000, cit. in Matos, 2006), sendo que alguns autores a reconhecem como um fenómeno “epidémico” (Willson, McFarlane, Malecha, Watsom, Lemmey, Gist & Fredland, 2000, p. 996, cit. in Matos, 2006). Em termos globais, os números recentemente estimados são alarmantes, prevendo,

alguns estudos, que pelo menos uma em cada três mulheres foi ou será batida, coagida sexualmente ou sujeita a qualquer outra forma de abuso e 50% dos homicídios cometidos sobre mulheres é ou será perpetrado pelo seu parceiro (Fundo para o Desenvolvimento das Mulheres, Nações Unidas, 2003, cit. in Sev'er, Dawson & Johnson, 2004). Outro estudo, referente à prevalência da violência, da O.M.S. (2005, *não publicado*, cit. in Matos, 2006), realizado com 24.000 mulheres, provenientes de áreas rurais e urbanas dos diferentes continentes e de dez países (e.g. Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Peru, Gana, Sérvia e Montenegro, Tailândia e Tanzânia), explica esta problemática como um fenómeno disseminado em todo o mundo. Este mesmo estudo indica que a forma mais comum de vitimação sofrida pelas mulheres é a violência praticada pelo companheiro, apesar de algumas diferenças entre os diferentes países analisados. Outros estudos documentam que é nos países menos desenvolvidos que as taxas de prevalência são mais dramáticas. Exemplo disso é o Gana, onde 70% das mulheres relatam que já sofreram alguma forma de vitimação (Amoakohene, 2004, cit. Machado & Dias, no prelo).

Relativamente a Portugal, Matos (2006) afirma que, à semelhança de outros países, a violência conjugal é “uma realidade comum às mulheres portuguesas, exercida no contexto de casa, pelo seu parceiro, em relações maritais/não maritais, actuais ou passadas” (p.41). Os estudos demonstram que as trajectórias de violência são longas e registam um início muito precoce para a maioria das mulheres. A partir de estudos realizados no contexto de Medicina Legal, conclui-se que muitas situações envolvem violência grave, nomeadamente, tentativas de homicídio. Estes dados corroboram com os dados pesquisados apresentados anteriormente sobre as estatísticas em Portugal.

No que se refere ao impacto da violência doméstica, Matos (2006) relata um estudo desenvolvido pela O.M.S. (2005), que sustenta a ideia do enorme impacto que a violência conjugal, tanto física como sexual tem sobre a saúde e o bem-estar das mulheres de todo o mundo. Há, igualmente, consenso em torno da noção de que este tipo de violência se traduz em elevados custos, devido às perturbações psicológica e/ou física que pode causar nas vítimas. Estudos internacionais no contexto da saúde relatam as consequências deste tipo de experiência. Abbott e Williamson (1999, cit. in Matos, 2006) documentam que as mulheres que experienciam relações íntimas de violência têm, normalmente, uma saúde mais precária. Numa análise da investigação realizada, Stark (2001, Matos, 2006) encontra que, anualmente, 1.5 milhões de mulheres recorrem a tratamento médico por danos causados pelo abuso (A.M.A.,

1992), uma em cada oito mulheres que recorrem aos serviços de urgência é vítima de maus tratos pelo parceiro (Abbott e tal., 1999, cit. Koss e tal., 2001), 40% das mulheres batidas relatam ter sido vítimas durante a gravidez (Chambliss, 1997) e as mulheres vítimas de violência conjugal recebem quatro a cinco vezes mais tratamento psiquiátrico do que as mulheres da população em geral (Stark & Flitcraft, 1991, cit. Stark 2001). A dor crónica e/ou psicossomática é outro dos motivos que conduz com regularidade aos serviços de saúde as vítimas de violência conjugal (Goldberg & Tomlanovich, 1984, cit. Campbell, 1998). Segundo Stark e Flitcraft (1996, cit. in Stark, 2001), as mulheres vítimas de violência conjugal, quando comparadas com mulheres não maltratadas, apresentam uma maior probabilidade de tentar o suicídio, de recorrer ao álcool e a outras drogas como uma forma de evitamento, sendo a depressão é um dos principais motivos que leva as mulheres vitimadas a recorrer aos serviços de apoio (Campbell, 1995, cit. Gondfol, 1998), tal como as perturbações de ansiedade (Plichta, 1997, cit. in Campbell, 1998).

A literatura tem, também, documentado o impacto negativo nos filhos de mulheres vítimas de violência doméstica, que têm contacto com este tipo de conflitos (e.g., Mo-Yee Lee, 2001; Wilson, 1997), indicando que este impacto se revela tanto a nível cognitivo como comportamental e emocional, sendo que esta experiência pode condicioná-los nas várias esferas relacionais da sua vida (e.g., McCloskev & Lichter, 2003), tanto a curto como a longo prazo (cf. Berman, 1993).

Analisando os estudos sobre crenças associadas à violência, Matos (2006) refere a existência de vários estudos internacionais que salientam a relação entre as atitudes sustentadas em torno da violência e os comportamentos violentos dos indivíduos nos seus relacionamentos íntimos (Kantor & Straus, 1987, Russel & Hulson, 1992; Stith & Farley, 1993, cit. Kane, Staiger & Ricciardelli, 2000). Assim, os maltratantes tendem a acreditar que a violência é justificável, e que não devem ser responsabilizados ou punidos pelos actos praticados, apresentado crenças tolerantes face aos maus tratos (Hetzberger e RuceCkert, 1997).

Neste domínio de investigação, Matos (2006) analisa diferentes estudos nacionais, concluindo que estes atribuem a tolerância das vitimas à influência, provável, dos estereótipos culturais que enfatizam a normalidade da violência (Nabi & Horner, 2001, cit. Machado, Matos & Moreira, 2003), a preservação da família a todo o custo e a crença de que a violência foi apenas um acto isolado (Machado, Matos & Moreira, 2003). Por sua vez, os agressores são mais tolerantes, banalizando o uso da

violência, pois sustentam crenças de auto-desculpabilização, atribuição externa da culpa e minimização dos danos causados (Machado, Matos & Moreira, 2005).

2.2. Violência Conjugal

A violência conjugal é uma dimensão da violência doméstica, com a particularidade de que, nesta, a violência é exercida por um dos companheiros ou ex-companheiros sobre o outro. Além disso, uma das especificidades deste tipo de violência é o facto de ocorrer no contexto de relações íntimas, nas quais o agressor tem, normalmente, uma particular proximidade afectiva com a vítima. Esta relação de proximidade alimenta o sentimento de impotência e receio de revitimização por parte da mulher. Assim sendo, a reduzida visibilidade do fenómeno, bem como o grande número de ocorrências não participadas, dificultam o conhecimento sobre a violência marital.

Os maus tratos, consumados isoladamente ou em associação, que ocorrem geralmente num contexto de vitimação múltipla, podem manifestar-se sob a forma de violência física, psicológica ou sexual. A violência física pode ser entendida como “o uso de ameaça ou força física ou restrição levada a cabo no sentido de causar dor ou injúria a outrem” (Sugarman & Hotaling, 1989, p. 4, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003, p. 167). Esta forma de abuso compreende a agressão, incluindo pontapear, esbofetear, atirar a vítima violentamente contra algo ou utilizar armas, entre outros. A violência psicológica pode ser definir-se como “um padrão de comunicação, quer verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é percebido como tendo essa intenção” (Straus & Sweet, 1992, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003, p. 169) e inclui actos como aterrorizar, ridicularizar, humilhar, insultar, desvalorizar o aspecto físico, comportamento ou desempenho da vítima, maltratar os seus familiares ou amigos, influenciando negativamente a sua auto-estima. A violência sexual pode operacionalizar-se como “uma interacção sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade” (Koss, 1988, p. 10, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003, p. 168), pelo que ocorre quando o agressor obriga a vítima a praticar actos sexuais sem o seu consentimento, assumindo, por vezes, tratar-se de um direito que lhe assiste, independentemente da vontade da vítima (Wiehe, 1998).

Em momentos interpretados pelo maltratante como “desafios” às suas prescrições, tais como a violação das expectativas de obediência ou a maior autonomização da mulher, existe um maior risco de ocorrência do abuso, sendo que de entre os vários tipos de violência a que o agressor pode recorrer, a violência psicológica é frequentemente percebida pela mulher como a mais grave, uma vez que se dirige directamente ao seu sentido de identidade e valor pessoal (Matos, 2000). Na relação caracterizada pela violência, o agressor obriga a vítima a viver numa atmosfera de medo, com o objectivo de manter o poder e controlo sobre esta, recorrendo, para tal, a um conjunto de estratégias que incluem os maus tratos físicos, psicológicos e sexuais, e ainda o isolamento social, restringindo o contacto com a família e amigos, proibindo o acesso ao telefone ou negando o acesso a cuidados de saúde (Manita, 2005). Além disso, o agressor utiliza a intimidação, as ameaças e o controlo económico sobre a vítima, valorizando privilégios masculinos, tais como a recusa em reconhecer a sua companheira como igual, criando, assim, uma atmosfera de antecipação da violência futura (Walker, 1994, in Gonçalves & Machado, 2003). No contexto de uma relação conjugal, o comportamento violento manifesta-se, frequentemente, de forma contínua e arbitrária, uma vez que qualquer acontecimento pode desencadear um episódio de maus tratos. Neste sentido, a investigação tem demonstrado que as mulheres maltratadas enfrentam, repetidamente, um elevado número de dificuldades resultantes do facto de coabitarem com os agressores, numa atmosfera caracterizada por abusos tendencialmente marcados pela escalada, em termos de frequência e gravidade dos actos cometidos (Walker, 1979).

Assim sendo, Walker (1979, 1994) entende a violência conjugal como um ciclo, do qual fazem parte três fases, nomeadamente, Aumento da Tensão, Ataque Violento e Apaziguamento. As três fases do ciclo da violência ocorrem circularmente ao longo do tempo, tendendo a ser cada vez menores as fases de Tensão e Apaziguamento, enquanto a fase de Ataque Violento parece tornar-se cada vez mais longa e intensa (Manual Alcipe, 1999; Wiehe, 1998). A primeira fase, Aumento de Tensão, é caracterizada pelo desencadeamento da discussão, a qual resulta no aumento da tensão e raiva, sendo que o agressor culpabiliza a vítima pelo que está a acontecer. Na segunda fase, durante o Ataque Violento, o agressor utiliza diversas estratégias, maltratando a vítima, sujeitando-a à agressão física, abuso sexual, ameaças verbais, entre outras. A terceira e última fase, Apaziguamento, corresponde a uma situação de acalmia, em que o agressor pode negar a violência, desculpar-se, alegando estar drogado ou alcoolizado, prometendo à vítima que a agressão não voltará a acontecer.

Contudo, esta fase de bonança funciona como uma estratégia para a manutenção do problema, uma vez que, através de justificações e racionalizações, alimenta a esperança da vítima na mudança, a qual, geralmente, não se concretiza.

O Ciclo da Violência Conjugal demonstra que há, efectivamente, uma evolução dos maus tratos exercidos sobre as mulheres, tanto a nível físico como psicológico, sendo que estes se tornam progressivamente mais graves à medida que o tempo passa e as dinâmicas da relação violenta se estruturam. Na verdade, este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela repetição das fases de tensão e apaziguamento, cada vez menores, e da fase de ataque violento, cada vez mais intensa, podendo mesmo resultar em homicídio conjugal. A ocorrência deste ciclo justifica a permanência da mulher maltratada na relação abusiva por longos períodos de tempo, uma vez que os episódios de “lua-de-mel” a desencorajam a abandoná-la, persistindo na esperança de que a violência não se repita e/ou termine. A literatura demonstra que estas relações se mantêm durante anos, agravando-se ao longo do tempo e repetindo-se com uma certa regularidade espacial e temporal, em que, por exemplo, o quarto e a cozinha se transformam nos espaços de maior risco e a noite e o fim-de-semana nos momentos mais propícios à ocorrência dos actos de violência (Margolin & Fernandez, 1987, cit. in Dias, 2004).

A este propósito, importa referir que, de uma forma geral, os casamentos marcados por episódios abusivos são precedidos de relações de namoro violentas, caracterizadas pelo recurso a estratégias de controlo e restrição da autonomia da mulher (Matos, 2000). Bachman & Saltzman (1995, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003) referem que no início da idade adulta o abuso tende a ser mais prevalente, sendo a qualidade do relacionamento determinante para a sua duração e qualidade futura. Neste sentido, vários estudos demonstram que em relações prolongadas no tempo, a violência tende a aumentar em termos de frequência e gravidade (Hamberg, Holtzworth & Munroe, 1994).

Além do Ciclo da Violência, outras razões permitem explicar a continuidade da vítima na relação abusiva, nomeadamente, o desconhecimento de alternativas legais e sociais ao seu dispor, que lhe permitam terminar a relação conjugal, a vergonha ou a percepção negativa de si mesma que tem, associada a um discurso de cepticismo, fortemente reforçado por vozes externas, desde o maltratante à família ou ao meio social, levando a mulher a desacreditar na possibilidade de resolução do problema. Casos existem em que as vítimas, mesmo conhecendo os processos de apoio

disponíveis, preferem permanecer junto dos agressores. Curiosamente, a causa mais frequentemente referida pelas mulheres vítimas de violência conjugal para permanecerem na relação, ou para abandoná-la definitivamente, são os filhos. Por um lado, entendem ser melhor para estes viverem com ambos os pais, no seio de um ambiente familiar (ainda que disfuncional), evitando as consequências do divórcio. Numa perspectiva contrária, as mulheres não toleram a agressão e os maus tratos do pai aos filhos, sendo este o motivo pelo qual decidem, muitas vezes, deixá-lo de vez (Dias, 2004).

Fenómeno biopsicossocial, a violência conjugal reveste-se de elevada complexidade, dificultando, assim, a compreensão desta problemática. Em consequência, diversas perspectivas apresentam diferentes abordagens e análises da violência, considerando os vários factores envolvidos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Campbell & Lamderburger, 1995, in Gonçalves & Machado, 2003). Seguidamente, apresentamos as perspectivas intra-individuais, diádicas-familiares e sócio-culturais, procurando referir os principais pressupostos teóricos que as orientam na explicação da problemática da violência conjugal.

Perspectivas Intra-individuais

Nesta perspectiva teórica, a atenção é focalizada nas características do ofensor (Cullberg, 1984; Faulk, 1974; Gondolf, 1985; Hamberger & Hastings, 1986; Scultz, 1960, cit. in Hydén, 1995), bem como, embora com menos extensão, na personalidade da vítima (cf. Gayford, 1983; Snell, Rosenwald & Robey, 1964, cit. in Hydén, 1995). Os autores procuram perceber as acções que levam os agressores a maltratarem as suas esposas, bem como identificar as características psicológicas das mulheres que toleram os maus tratos. Resumidamente, referem como causas do comportamento violento o alcoolismo e o consumo de drogas e outras substâncias (Browne, 1987; Collins, 1989; Gelles & Staus, 1979; Hotaling & Sugarman, 1986; Kantor & Straus, 1987, cit. in Doerner & Lab, 1995), as perturbações psicológicas, tais como psicopatia, depressão, stress, baixa auto-estima, dificuldades em desenvolver a empatia, a comunicação e o auto-controlo, assim como fracas competências sociais (Pagelow, 1988, cit. in Doerner & Lab, 1995). No que se refere especificamente ao consumo de álcool ou drogas, a literatura afirma que os agressores apresentam consumos mais elevados do que não agressores, sendo que, sob o efeito destas substâncias, os primeiros se tornam mais violentos e agressivos. Contudo, um grande

número de agressores mostra-se igualmente violento quando sóbrio ou após ingestão moderada (Eberle, 1982; Sonkin, 1985, cit. in Barnett & Fagan, 1993; Matos, 2003, cit. in Gonçalves & Machado, 2003). Ainda assim, é consensual a ideia de que a violência tende a ser mais grave e frequente em agressores consumidores, quando comparados com agressores sem problemas de consumo (Browne, 1987; Walker, 1984, cit. in Barnett & Fagan, 1993).

No que às vítimas diz respeito, as perspectivas intra-individuais alegam que a tolerância a este tipo de abuso é, também ela, patológica. Segundo Gayford (1983, cit. in Hydén, 1995; in Matos, 2003), as mulheres maltratadas são frágeis, o que contribui para a sua vitimação. Subjacentes a estas concepções estão ideias como a “precipitação da vítima”, a “predisposição da vítima para a violência” e a “teoria do masoquismo” (Alexander, 1993, cit. in Matos, 2003). Estas teorias têm sido alvo de críticas, uma vez que constituem uma forma de culpabilização da vítima e de justificação da violência (Jasinski & Williams, 1998, cit. in Matos, 2003). De notar que, segundo as perspectivas intra-individuais, os indivíduos maltratantes são desresponsabilizados do comportamento violento (Campbell & Landerburger, 1995), ao passo que as vítimas são encaradas como responsáveis pela sua situação, dadas as suas características individuais (Margolin, Sibner & Gleberman, 1988).

Perspectivas Diádicas-familiares

De acordo com esta perspectiva, a origem da violência e a explicação dos comportamentos daqueles que são vitimados encontram-se nas suas interações (Campbell & Landerburger, 1995, cit. in Matos, 2003). Nesta dimensão explicativa podem englobar-se algumas perspectivas teóricas, como a teoria sócio-psicológica, a teoria da frustração-agressão, a teoria da interação simbólica, a teoria da troca e a teoria das atribuições (Gelles & Straus, 1979, cit. in Tonry & Ohlinb, 1989, in Matos, 2003). É, ainda, dado um maior destaque à teoria intergeracional da violência, a qual afirma que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação na idade adulta. Nesta ideia está implícita a noção de aprendizagem social, conceito segundo o qual o comportamento do indivíduo é determinado pelo ambiente social que o rodeia, particularmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de reforço, modelagem ou coacção. Os autores defendem que o indivíduo vítima de agressão, ou que a testemunhou enquanto criança, cresce e torna-se, muitas vezes,

também ele um ofensor (Hotelling & Sugarman, 1990, cit. in Doerner & Lab, 1995, in Matos, 2003, in Gonçalves & Machado, 2003).

Relativamente às vítimas, autores há que defendem que, quanto mais a mulher foi maltratada pelos pais, mais provável será aceitar um parceiro predisposto para o uso da violência, da mesma forma que outras investigações demonstram que o risco de vitimação da mulher adulta aumenta quando há uma exposição à violência parental na infância, uma vez que esta experiência conduz a uma baixa auto-estima, além de proporcionar a aprendizagem de padrões de comportamento em que o amor legitima a violência do seu companheiro (Straus & Kantor, 1994, cit. in Giles-Sims, 1998). A teoria da vinculação fornece, igualmente, dados que permitem compreender a relação entre exposição à violência na infância e o uso da violência, ou experiências de revitimização, na idade adulta. Enquanto crianças maltratadas, desenvolvem modelos representacionais inseguros, dificultando, assim, o relacionamento íntimo, na idade adulta, tornando-se, frequentemente, “vítimas ou perpetradores de maus tratos nas relações interpessoais com pessoas significativas” (e.g., Dutton, Saunders, Starzomski e Bartholomew, 1994; Wekerle & Wolfe, 1998, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003, p.170). Contudo, esta teoria mostra-se mais consistente no que respeita aos homens, afirmando que estes se tornariam maltratantes com maior probabilidade do que as mulheres, em situações de exposição à violência enquanto crianças (O’leary, 1988, cit. in Gelles, 1997, in Matos, 2003). Ainda assim, não é possível assumir uma relação linear neste sentido, particularmente na presença de outros factores de mediação, nomeadamente de ordem ambiental, os quais podem funcionar como factores de protecção (Egeland, 1993).

Perspectivas Sócio-culturais

Segundo a abordagem sócio-cultural, os maus tratos às mulheres podem enquadrar-se no tratamento de que estas sempre foram alvo ao longo da história, próprio de uma sociedade patriarcal (Burguess & Draper, 1989; Dobash & Dobash, 1979, cit. in Doerner & Lab, 1995). Vários estudos antropológicos, analisando diferentes culturas, demonstram que quando homens e mulheres são tratados de modo igualitário, a probabilidade de os homens maltratarem as mulheres é menor (Levinson, 1989, cit. Gelles & Loseke, 1993).

As teorias feministas destacam-se, nesta perspectiva, como um dos modelos explicativos dominantes, proporcionando importantes contributos para uma melhor compreensão do fenómeno da violência conjugal, chamando a atenção para a necessidade de reconceptualizar o papel e o lugar da mulher, tanto na família como na sociedade (Glenn, 1987, cit. in Nogueira, 1996). Sendo uma das abordagens de maior sucesso na intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica, o movimento feminista enfatiza a necessidade de dar voz às mulheres (Walker, 1994). Nesta perspectiva, os maus tratos são entendidos como resultado do processo de socialização masculina, em que o maltratante tenta valorizar as características masculinas tradicionais, tais como o sucesso, o domínio ou o poder. Face a dificuldades situacionais, nas quais o agressor sente ameaçado o controlo e domínio da sua casa, desenvolve-se um sentimento de frustração que o leva a reagir de forma inadequada (Margolin et al., 1988). Assim, a violência funciona como estratégia de reconhecimento do poder e autoridade do homem sobre a mulher, ainda que utilizando a força (Manita, 2005). Tal facto advém do conceito de família tradicional, cuja conjuntura patriarcal estabelece que é o homem quem detém a autoridade, permitindo e aceitando, desta forma, o recurso à violência (Sugarman & Frankel, 1996).

3. O Impacto da Vitimação

A experiência de maus tratos conjugais envolve consequências traumáticas bastante graves, que podem, mesmo, manifestar-se em sintomas de Perturbação de Stress Pós-Traumático. Embora as vítimas sejam bastante afectadas, nem todas as mulheres desenvolvem desordens psicológicas (Matos, 2003). Na verdade, cada pessoa é única, pelo que uma mesma situação pode provocar diferentes impactos sobre diferentes pessoas, cuja reacção depende da forma idiossincrática como a vive. Ainda assim, as vítimas de violência apresentam, na generalidade, um conjunto de reacções durante, imediatamente após e nos dias seguintes à experiência de vitimação.

Quando atacada, a vítima pode sentir pânico geral, fortes reacções físicas e psicológicas, como pânico de morrer, do cativo ou da impotência, além da impressão de estar a viver um pesadelo e de o agressor ter uma raiva pessoal contra si. Imediatamente após o crime, aquando da tomada de consciência do sucedido, a vítima pode sentir desorientação geral, apatia, negação, sentimento de solidão e

impotência, ficando em estado de choque. Nos dias seguintes à experiência traumática, a vítima tende a questionar-se sobre as suas próprias reacções e sobre tudo o que a rodeia, manifestando forte ambivalência emocional e afectiva, bem como mudanças bruscas de humor.

No contexto da investigação sobre maus tratos e violência conjugal, a literatura demonstra que as experiências de vitimação conjugal se traduzem, na sua maioria, em histórias de discursos invalidantes, de capacidades omissas e de desqualificação (Matos, 2000; Hammer, 1996; Giles Sims, 1998). É habitual, nas vítimas, a descrença na possibilidade de resolução do problema, fruto de uma percepção muito negativa de si, aliada à falta de confiança nos apoios disponíveis. Em virtude da imagem auto-depreciativa que têm de si mesmas, estas mulheres estão, normalmente, convictas de que não é possível controlar os acontecimentos no quotidiano das suas vidas, resistindo, assim, à possibilidade de mudança e construção de uma história de vida alternativa (Matos, 2000), dificultando a percepção dos seus direitos. A mulher vítima de violência conjugal revela ainda, frequentemente, características como a crença em mitos relacionados com as relações conjugais violentas, uma visão tradicionalista da família, a submissão voluntária, desde cedo, à vontade do homem ou um conceito de amor como sacrifício e dependência absoluta do cônjuge ou companheiro marital (Alcipe, 1999). Permanecer numa relação maltratante tem, por isso, custos muito elevados para as vítimas, atendendo não só aos danos psicológicos, mas também às consequências a nível social (Matos, 2000). A literatura descreve um conjunto de indicadores frequentes nas mulheres maltratadas, entre os quais, distúrbios cognitivos e de memória, comprometendo as competências de tomada de decisão; comportamentos depressivos ou de grande evitamento, como vergonha, isolamento, culpabilização, desânimo aprendido, baixa auto-estima, entre outros; distúrbios de ansiedade, caracterizados por hipervigilância, medo, percepção de ausência de controlo, fobia ou ataques de pânico; alterações na sexualidade e imagem corporal; dependência de substâncias, seja auto-medicação ou álcool, por exemplo; ainda, desordens do sono e do apetite.

Assim sendo, pode dizer-se que a experiência de vitimação afecta a vida da vítima em todas as suas dimensões, com consequências físicas, psicológicas e sociais. Fisicamente, a vítima pode apresentar perda de energia, tremores, tensão arterial alta, decréscimo dos níveis de resistência, dores de cabeça e/ou enxaquecas, arrepios ou afrontamentos, problemas digestivos, alterações do comportamento sexual, entre outros. Mais especificamente, a violência física pode resultar em

fracturas e lesões diversificadas, escoriações, hematomas, queimaduras, mordeduras, cortes, danos ao nível da visão e audição, problemas obstétricos, como aborto ou risco de parto prematuro, e distúrbios ginecológicos. Em termos psicológicos, o comportamento da vítima pode ser caracterizado por desconfiança, tristeza, flashbacks, falta de motivação, instabilidade emocional, medos ou fobias, diminuição da auto-confiança e sentimentos de culpa. Socialmente, as vítimas desenvolvem sentimentos de solidão, marcados por tensões familiares e conjugais, evitamento de determinados locais e sentimento generalizado de insegurança.

Em conclusão, o tipo de vitimação a que a mulher foi exposta, directa ou indirecta, bem como a frequência e severidade dos maus tratos sofridos e, sobretudo, o significado que esta lhes atribui justificam a impossibilidade de generalizar as reacções e consequências da violência conjugal, sendo, por isso, apenas possível indicar aquelas que ocorrem mais comumente, de acordo com a investigação.

Parte II

Estudo Empírico

Introdução

Esta parte da tese destina-se à apresentação do estudo empírico realizado junto de uma amostra de 5 mulheres vítimas de violência conjugal, com os objectivos abaixo indicados, assim como à discussão dos resultados obtidos. Mais concretamente, nas páginas que se seguem iremos apresentar o objecto e os objectivos do presente estudo, seguindo-se, a descrição da metodologia utilizada, bem como do processo de recolha de dados e das informações relativas à amostra. A descrição do estudo empírico prossegue com a apresentação dos resultados e a discussão das principais conclusões obtidas.

A concluir a parte II, serão tecidas algumas considerações acerca do estudo realizado, sendo, ainda, referidas as principais limitações encontradas e sugeridas algumas pistas para estudos neste domínio de investigação.

1. Objecto e objectivos de estudo

O objecto de estudo desta investigação são as “trajectórias vitimárias” de mulheres vítimas de violência conjugal. Pretendemos, mais precisamente, verificar se ocorre um agravamento da violência ao longo do tempo de relação conjugal e perceber as dinâmicas envolvidas e os significados atribuídos pelas vítimas a essas vivências de violência. São, assim, nossos objectivos específicos:

- Analisar a evolução da violência conjugal ao longo da relação marital, verificando se há uma escalada da severidade dos maus tratos ao longo dos anos.
- Analisar a presença do ciclo de violência como uma característica da relação conjugal violenta e os tipos de violência continuada exercidos ao longo da relação.
- Aceder aos significados particulares que as vítimas atribuem aos episódios de vitimação conjugal continuada vividos.

2. Metodologia de estudo

2.1. Tipo de investigação

Para a concretização deste estudo, considerando a problemática que pretendemos analisar e os objectivos definidos para a nossa investigação, revelou-se mais adequado o recurso a metodologias de tipo qualitativo, na medida em que estas são “particularmente adequadas para a compreensão das experiências e dos significados que os seres humanos constroem” (Fernandes & Maia, 2001, p.50).

Desta forma, procuramos atingir os objectivos deste estudo recorrendo a métodos biográficos, através da recolha e análise de narrativas/histórias de vida, que nos permitem compreender os significados e o sentido que os sujeitos atribuem aos seus acontecimentos de vida mais relevantes, particularmente neste caso, os que dizem respeito a experiências de violência conjugal. Assim, através da biografia, como método de pesquisa e objecto de análise, pretendemos aceder à subjectividade do indivíduo e à organização narrativa que este faz dos acontecimentos violentos sofridos. As metodologias qualitativas, recorrendo a registos biográficos, são as que melhor se adequam aos nossos objectivos, uma vez que nos permitem “aceder às significações e aos processos subjacentes aos fenómenos” (Manita e Oliveira, 2002, p.37).

Nas metodologias qualitativas, ao contrário das quantitativas, a investigação não é um acto de identificação ou produção «da verdade objectiva», mas sim “uma construção social partilhada, um processo de construção resultante da interacção entre o investigador e as suas grelhas e métodos de «captura» do real, as realidades propostas, e os diferentes actores sociais envolvidos no processo” (Guba e Lincoln, 1989; Dezin e Lincoln, 1998 a, b).

Os métodos biográficos parecem-nos ser, portanto, os que melhor permitem captar o sentido e as significações associadas às acções, uma vez que, possibilitam o estudo do indivíduo na sua singularidade. Segundo Agra e Matos (1997) as metodologias biográficas tornam possível enquadrar um “comportamento problema” na história de vida do destinatário desta abordagem. Não apenas como métodos de captura do real, mas também como dispositivos de investigação, os métodos biográficos permitem dar a palavra aos actores, como uma via de acesso à compreensão e explicação do comportamento (Agra e Matos, 1996), visando perceber a importância que o indivíduo atribui aos acontecimentos da sua história de vida.

Nas abordagens narrativas o ser humano é concebido como “construtor de significados”, tendo o privilégio de possuir a capacidade de contar histórias acerca da sua existência, e desta forma, construir novos significados e novas formas de interpretação das experiências vividas. Diversos autores têm defendido que os seres humanos dão unidade e sentido às suas vidas recorrendo, predominantemente, a narrativas (e.g., Bruner, 1990; Hermans & Kempen, 1993; Gergen & Gergen, 1988; O. Gonçalves, 2000). Neste contexto teórico, a narrativa assume-se, então, como uma forma privilegiada de organização da linguagem e do conhecimento. Segundo Fernandes (1988), as abordagens narrativas permitem “objectivar a subjectividade, conferindo-lhe estatuto no documento em vez de o expulsar como resíduo, correspondendo a restituir ao campo do conhecimento os sentidos que os actores atribuem à vida social e a reconhecer aos sujeitos aquilo que precisamente os institui como sujeitos psicológicos: a sua individualidade e a sua subjectividade” (p. 88). Ideia igualmente importante é a de que “cabe aos indivíduos a organização, a gestão integrada e a sequencialização significativa do fluxo constante e, frequentemente, caótico dos acontecimentos e experiências que vivem, organização essa que é do tipo narrativo e cumpre uma tarefa fundamental: a organização coerente da diversidade de experiências numa totalidade dotada de sentido para o sujeito e partilhável com os outros” (Manita, 2001, p. 61).

Nesta linha de pensamento, a autora considera que “a capacidade de narrarmos os dramas da nossa existência” permite “a partir destes, construirmos novas formas de significação e de compreensão com efeitos sobre o próprio devir dessa existência” (Manita, 2001, *ibidem*). Assim, a intervenção narrativa visa, no contexto da violência conjugal, facultar à mulher vítima de violência a criação de uma nova história, com um novo “argumento”, mais satisfatório para a sua vida. Tal facto não significa que a história emergente tenha que se opor à anterior, mas deverá ser suficientemente distinta daquela para permitir a percepção de novas opções (Omer & Allon, 1997).

Adiante, neste capítulo, aquando da descrição dos instrumentos, faremos referência ao *biograma*, método biográfico particular utilizado neste estudo com o objectivo de nos auxiliar na recolha e registo das narrativas individuais e a aceder aos significados particulares nelas contidos.

2.2. Amostra

Neste estudo, o processo da constituição da amostra foi intencionalizado, pois as participantes foram seleccionadas em função da informação que poderiam proporcionar, tendo em conta o objectivo do estudo em causa. A amostra é constituída por mulheres provenientes da região Norte do país, mais precisamente, cinco utentes, mulheres vítimas de violência conjugal, acompanhadas na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no Gabinete do Porto, onde recebem apoio psicológico, e junto das quais nos propusemos administrar o Biograma, tendo sido, para tal, obtido o seu consentimento informado.

Participaram neste estudo mulheres com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas. Tivemos a preocupação de evitar uma grande disparidade de idades entre as participantes, dado que este facto poderia acentuar diferenças geracionais e, conseqüentemente, enviesar os resultados obtidos. Relativamente ao número de participantes neste estudo, elas são apenas cinco dadas as dificuldades sentidas na obtenção do acordo das mulheres contactadas em participar no estudo. Não foi possível, portanto, atingir o ponto de saturação teórica, tal como indicam os princípios da *grounded theory* (Strauss & Corbin, 1998), mas, não obstante o número limitado de mulheres na amostra, os dados recolhidos parecem-nos suficientes para a análise que nos propuséramos realizar.

Não se trata aqui de procurar caracterizar um fenómeno representativo de uma dada população, nem de generalizar as conclusões obtidas, mas de aprofundar conhecimentos ao nível dos significados pessoais, a partir da experiência de vida de cada participante (cf. Anexo H). Assim sendo, o que importa é, não a representatividade estatística da amostra, mas a sua significatividade.

2.3. Procedimentos

O projecto de investigação apresentado foi desenvolvido ao longo de cerca de 18 meses, tendo comportado três grandes fases. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo em conta o tema em análise, bem como a metodologia a utilizar, sendo, então, delineados os objectivos de investigação deste estudo. Na fase seguinte, foi levado a cabo o processo de recolha de dados junto da amostra seleccionada. Finalmente, na terceira fase deste estudo, foi efectuada a análise dos

resultados obtidos, com vista a enunciar as principais conclusões retiradas da investigação realizada.

A aplicação dos instrumentos utilizados neste estudo, os quais serão descritos seguidamente, careceu de um pedido de autorização, dirigido no início da investigação, por escrito, à coordenadora do Gabinete do Porto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Dr.^a Ana Sousa, considerando que a amostra seleccionada é constituída por utentes em acompanhamento psicológico nesta instituição.

A recolha dos dados e aplicação dos instrumentos utilizados teve início, então, em Janeiro de 2008, tendo-se prolongado até Outubro de 2008. As utentes seleccionadas foram informadas do objectivo do estudo e foi-lhes explicado o método do *biograma*, sendo assegurados a confidencialidade e o anonimato dos dados. Após a obtenção da aceitação de colaboração voluntária e informada das utentes no estudo, desenrolou-se o processo de recolha de dados, recorrendo a uma entrevista inicial, semi-estruturada, (Anexo A), realizada individualmente, que nos permitiu recolher algumas informações, facilitando e dando início ao método biográfico aplicado posteriormente, o *biograma*.

2.4. Instrumentos

Relativamente aos instrumentos utilizados, o método do *biograma* revelou ser a metodologia biográfica de análise e recolha de dados mais indicada para aceder às diferentes histórias de vida, atravessadas por fenómenos de violência conjugal, bem como aos significados dessas vivências para as vítimas.

O *Biograma* foi desenvolvido por Agra e Matos (1997), tendo sido utilizado em investigação qualitativa e fenomenológica, na área do comportamento desviante, particularmente, nas áreas da toxicodependência, da delinquência juvenil, e da vitimação. Segundo Agra e Matos (1996 *cit. in* Pinto & Tinoco, 2003), o *Biograma* constitui uma privilegiada via de acesso à explicação dos comportamentos do sujeito. Este instrumento permite a análise e a interpretação das trajectórias de vida dos indivíduos, possibilitando ao sujeito (re)organizar, na narrativa, os acontecimentos que identifica como mais significativos na sua história, assim como na sua trajectória de vida (Teixeira & Manita, 2001).

O *Biograma* permite que cada sujeito represente o seu percurso de vida, salientando os acontecimentos mais significativos para si, com o objectivo de cruzar,

posteriormente, estes acontecimentos e aceder a eles através de uma visualização esquemática, em que o indivíduo nos apresenta a sua história, os significados e percepções que lhe atribui. Este procedimento garante a visualização simultânea dos diversos episódios ocorridos durante a vida dos indivíduos (Tinoco & Pinto, 2001).

Numa primeira fase de aplicação do Biograma, procedemos à recolha de dados biográficos, de forma directa, com recurso a uma entrevista semi-estruturada (Anexo A). De seguida, numa segunda fase, procedemos ao preenchimento da grelha gráfica do *biograma*, a qual contempla, em cada linha horizontal, diferentes áreas da vida das mulheres (família, escolaridade, trabalho, situação económica, amigos, relacionamentos amorosos, saúde, intervenção terapêutica, religião, violência, vitimação conjugal e pedidos de ajuda), organizadas temporalmente e preenchidas de acordo com um sistema de cores e símbolos escolhidos pela participante. De maneira a facilitar a leitura do biograma, foi criada uma legenda específica, a qual pretende indicar acontecimentos significativos para a própria pessoa, em cada idade particular. Numa terceira fase, o gráfico foi apresentado a cada mulher, e discutido com esta, no sentido de confirmar se o mesmo representava, efectivamente, a sua trajectória de vida e os principais eventos que a marcaram, procedendo, se necessário, a rectificações.

A aplicação do biograma implica, ainda, outras fases, que não nos foi possível realizar, por um lado, uma vez que algumas participantes desistiram do processo, e por outro, porque as restantes não se mostraram disponíveis para o continuar, afirmando ser “muito doloroso” aprofundar ainda mais a experiência de violência vivida. Contudo, segue-se uma breve descrição do processo de conclusão da aplicação do biograma. Seria pedido, a cada mulher, que identificasse fases ou períodos que caracterizassem a sua trajectória de vida (ou não, no caso de considerarem que a sua vida se caracteriza pela continuidade). Depois de assinaladas estas fases, pelas próprias participantes, na folha do *biograma*, ser-lhes-ia pedido que denominassem cada uma, de modo a que cada “título” traduzisse o essencial do que foi aquele período das suas vidas.

Tratar-se-ia de um dos “momentos centrais na desocultação e trabalho dos sentidos que o sujeito atribui a cada momento ou ciclo fundamental da sua existência, da sua experiência de vida” (Manita, 2001, p.67). Nesta fase seriam discutidos, com cada mulher, os diferentes factos e processos por ela identificados ao longo do *biograma*, bem como os significados a estes atribuídos. Em conclusão, seria elaborada, por cada participante, oralmente ou por escrito, uma narrativa que

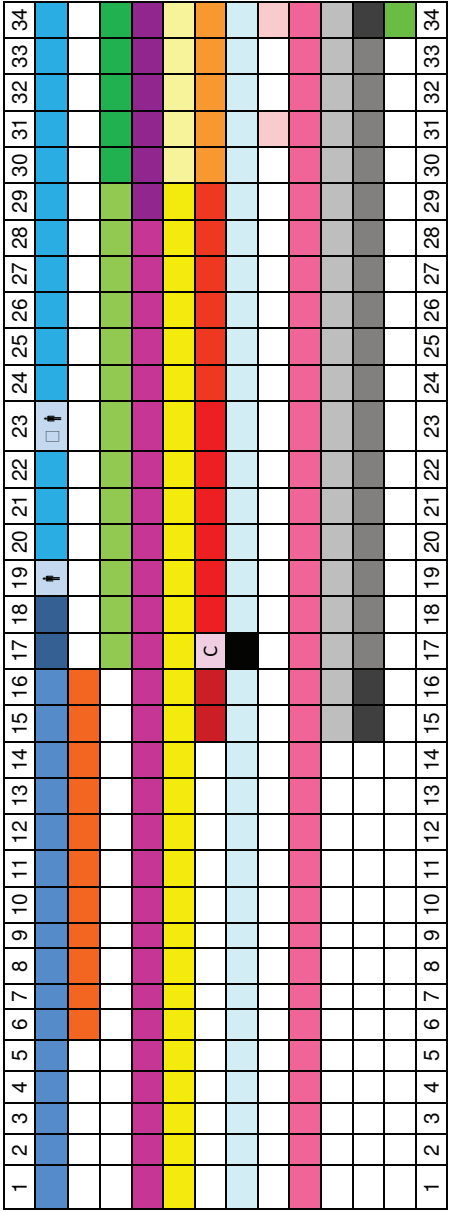
sintetizasse a sua história de vida e os sentidos dominantes, centrando-se numa área específica ou na globalidade da sua história de vida (idem.). Se necessário, o entrevistador pediria à mulher entrevistada para redigir a narrativa por ela narrada.

3. Apresentação e discussão dos resultados

De seguida são apresentados os resultados obtidos no estudo levado a cabo. Assim, são expostos os Biogramas correspondentes a cada uma das participantes, juntamente com a sinopse efectuada a partir da entrevista semi-estruturada que foi inicialmente aplicada, e que permitiu um primeiro contacto com a história de vida de cada uma destas mulheres. Em cada Biograma estão representadas graficamente as diferentes áreas da vida de cada participante, cuja sinopse correspondente ajudará a compreender a representação gráfica obtida. Os nomes apresentados não são os nomes das vítimas e alguns dos dados sócio-demográficos apresentados foram alterados para evitar a sua identificação.

Biograma D. Francisca

Idade
Família
Escolaridade
Trabalho
Situação económica
Amigos
Relacionamentos amorosos
Saúde
Intervenção terapêutica
Religião
Violência
Vitimação conjugal
Pedidos de ajuda
Idade



Legenda

Família

- Viveu com os pais
- Viveu com o marido
- Nascimento dos filhos
- Vive com o marido e os filhos

Escolaridade

- Tempo em que estudou

Situação económica

- Situação económica baixa
- Situação económica média

Relacionamentos amorosos

- Namoro com actual marido
- Casamento
- Afastamento
- Nova oportunidade

Violência

- Violência Conjugal

Intervenção terapêutica

- Intervenção psicológica

Trabalho

- Não trabalhava porque o marido não deixava 1º Trabalho
- Amigos e colegas não significativos
- Amigos significativos

Saúde

- Saudável
- Aborto provocado

Religião

- Católica

Violência Conjugal

- Violência psicológica
- Violência psicológica e violência física cada vez mais grave

Pedidos de ajuda

- Pedido na APAV
- Queixa-crime na Polícia

Sinopse da D. Francisca

A D. Francisca tem 34 anos, nacionalidade Portuguesa e é casada há cerca de 17 anos. Viveu com os seus pais até aos 16 anos, a relação com eles era boa, mas sentia-se “muito aprisionada” e o casamento foi uma forma de se libertar, ou seja, de constituir a sua própria vida e ter mais liberdade. Assim, casou aos 17 anos com o actual marido, com quem já namorava desde os 15 anos. Já na altura do namoro, havia violência psicológica. O namorado controlava todos os seus passos, mas a D. Francisca achava que isso era uma forma de demonstrar amor. Na altura em que casou, estava grávida e o marido obrigou-a a fazer um aborto o que a deixou muito triste, pois não concordava com isso. A partir daí, a violência começou a ser mais severa, o marido proibiu-a de trabalhar e de se relacionar com quem quer que fosse. Mesmo com os seus pais, a D. Francisca só podia estar na presença do seu marido. Desta forma, a D. Francisca tinha obrigatoriamente de passar o dia em casa, a arrumá-la da forma que o marido queria e sempre que alguma coisa não estava como ele queria, maltratava a mulher, insultando-a, humilhando-a, fazendo-a acreditar que era incapaz e que não merecia o seu amor e atenção.

No ano de 1993, nasceu o primeiro filho do casal (actualmente com 15 anos). A partir daí, a D. Francisca dedicou-se ao seu filho e, assim, não sentiu tanta falta da vida social que não lhe era permitida. A violência continuava, o marido começou a beber álcool com muita frequência, tornando-se alcoólico e passando muitas noites fora de casa, o que fez com que ocorresse ainda mais violência, pois a D. Francisca não podia sequer falar no assunto, passando muitas noites sem dormir, preocupada sem saber do paradeiro do marido. Afirma que foram anos de muito sofrimento, em que não sabia o que fazer para lidar com o marido. Entretanto, no ano de 1997, nasceu o seu segundo filho (actualmente com 11 anos). Nesta altura, qualquer coisa que não estivesse de acordo com a vontade do seu marido era suficiente para haver discussão e o marido exercer violência física e psicológica. A D. Francisca afastou-se emocionalmente do marido. Relata que era constantemente insultada e batida, até mesmo com qualquer objecto que estivesse à mão. Nesta fase, afirma que já não gostava do marido, mas que aguentava ficar com ele por causa dos filhos, achando ser o melhor para eles, e que eles precisavam de uma figura paterna e masculina.

O consumo de álcool por parte do marido era cada vez maior, até que ficou doente. Teve uma cirrose e foi internado de urgência, tendo mesmo corrido risco de vida. Com pena do marido ter ficado tão doente a D. Francisca decidiu dar-lhe uma nova oportunidade, “esquecendo” o que aconteceu anteriormente, prestando-lhe todos os cuidados possíveis. Devido ao facto de este ter ficado internado durante muito tempo, a D. Francisca teve de ir trabalhar para ajudar a sustentar a casa. Com o emprego descobriu uma vida “nova” a que não tinha acesso anteriormente, fez amizades e começou a perceber que os maus-tratos de que era vítima constantemente não eram normais.

Quando o marido voltou para casa, sem poder trabalhar devido à invalidez, a situação de violência piorou, pois este viu que a D. Francisca estava muito mais independente e que estava diferente. Assim, as coisas pioraram, a violência e o controlo que eram exercidos constantemente dentro de casa

passaram também a ser feitos em locais públicos, especialmente no local de trabalho da D. Francisca, mas, também, em todos os locais que a senhora frequentava. O agressor chegou mesmo a passar tardes inteiras em frente ao local de trabalho da D. Francisca para controlar todos os “seus passos”, bastando apenas a senhora atender um cliente do sexo masculino para que este a acusasse de adultério e lhe batesse mal saísse do trabalho. Em casa, tentava virar os filhos contra a mãe, difamando-a e ofendendo-a enquanto mulher e enquanto pessoa. Partia tudo, atirava-lhe objectos, muitas vezes os filhos puseram-se à frente da mãe para a tentar defender, ameaçava a mulher de morte e de que lhe ia tirar os filhos para sempre. Fora de casa sempre fez questão em mostrar a toda a gente que a sua mulher “não prestava”, excluindo-a de tudo, humilhando-a à frente de todos.

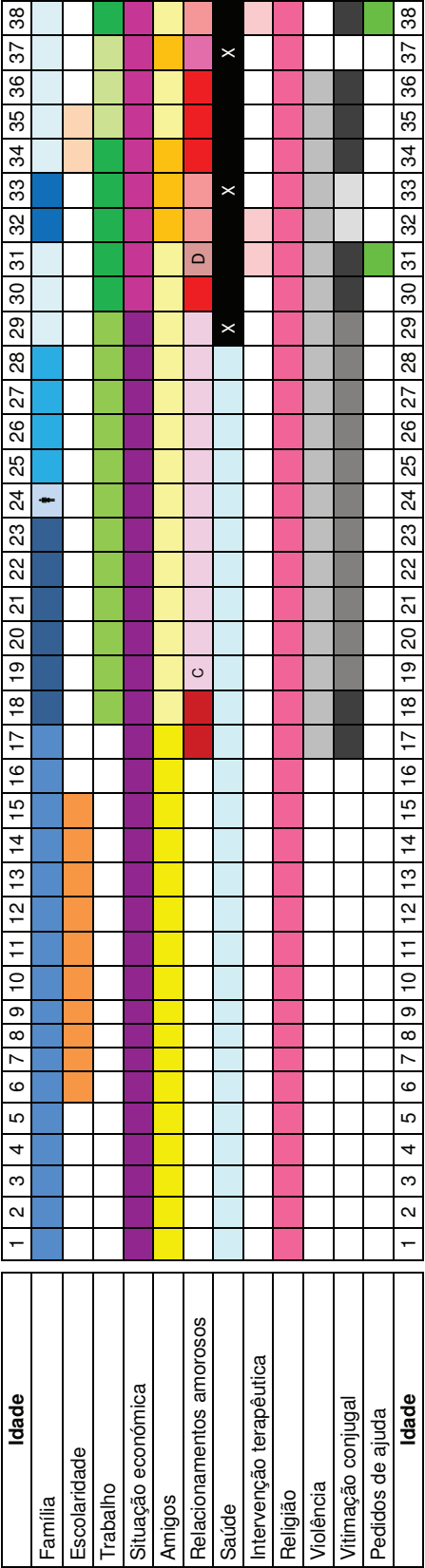
A D. Francisca sentiu-se muito fragilizada, pois queria pôr termo ao casamento, uma vez que já não aguenta as agressões por parte do marido, contudo, o filho mais velho não aceita que a mãe se queira separar, o que deixa a senhora com muito medo de perder o filho. Estas dúvidas e ambivalências levaram-na a pedir ajuda na APAV, no último ano.

As agressões físicas passaram todos os limites para a D. Francisca, que está cansada de viver assim, diz saber o que quer, mas não quer que os filhos sofram mais, encontrando-se ambivalente na sua decisão.

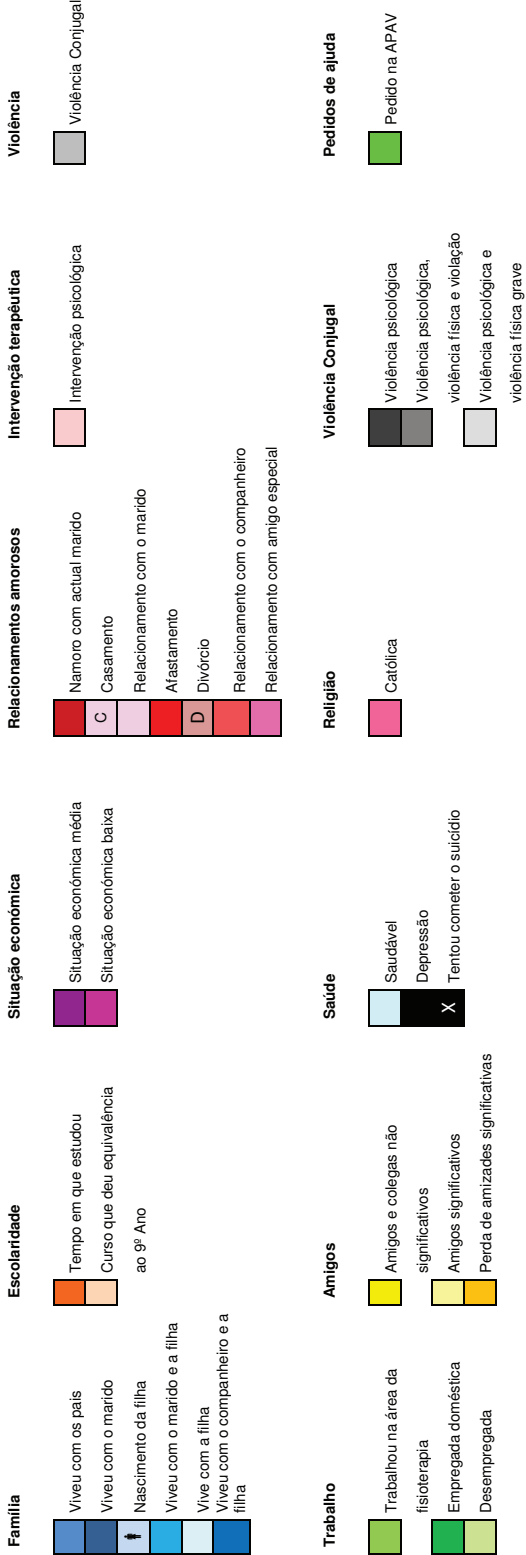
Posteriormente ao pedido de ajuda na APAV, a violência acalmou, até ao dia em que a D. Francisca descobriu que o marido tinha uma filha com 18 anos de outra mulher, que engravidou quando a D. Francisca ainda namorava com o marido e fora obrigada por este a abortar. Apesar de se sentir muito triste, desiludida, enganada e traída pelo marido e por toda a família que, conhecendo a existência desta filha, nunca lhe contou nada, a D. Francisca foi à procura desta filha do marido, facto de que ele não gostou. Ficou ainda mais chocada por o marido não aceitar a filha, tendo-a perfilhado apenas porque fora obrigado pelo tribunal.

O marido sente-se mal, porque acha que está tudo fora do seu controlo. Ultimamente discutem muito e o marido ameaça-a frequentemente com o divórcio. A partir do momento em que foi chamado para prestar declarações à polícia deixaram de ocorrer episódios de violência física, até porque o caso está ser acompanhado também pela CPCJ e podem perder os filhos.

Biograma D. Sofia



Legenda



Sinopse da D. Sofia

A D. Sofia tem 38 anos, nacionalidade Portuguesa e é divorciada. É natural de Trás-dos-Montes e viveu com os pais até aos seus 17 anos. Refere ter tido uma infância normativa, se bem que com algumas dificuldades económicas.

Posteriormente, veio para o Porto trabalhar na área da fisioterapia e começou a namorar com o futuro marido. Nesta altura, já existiam alguns problemas de relacionamento, entre os quais violência psicológica dirigida à D. Sofia. Após 2 anos, casaram e aparentemente as coisas corriam bem, até que o marido da D. Sofia começou a consumir drogas duras, ficando completamente viciado. Os problemas relacionais entre o casal eram cada vez maiores, começando o marido da D. Sofia a exercer, também, violência física sobre a mulher. Batia-lhe violentamente, humilhava-a, difamava-a e violava-a diariamente, achando que era um direito seu, sendo cada vez pior.

No ano de 1993, nasceu uma filha fruto deste casamento que, actualmente, tem 15 anos. Durante 12 anos, a D. Sofia viveu com o marido, sempre com mau ambiente em casa, por causa do comportamento do seu marido, que arranjava muitos problemas devido à toxicodependência e também aos maus-tratos constantes. Pelo motivo da D. Sofia já não aguentar a violência e, também, porque a filha sofria muito com esta situação, a D. Sofia pôs termo a este casamento e divorciou-se. Inicialmente, ainda teve bastantes problemas com a regulação de poder paternal, pois atribuíram a custódia ao pai e à avó da criança que tinham mais possibilidades económicas. Contudo, como a menina não parava de chorar e só queria a mãe, a avó decidiu entregar a criança à mãe. Ainda assim, a D. Sofia diz que foi um período muito conturbado da sua vida. Uns tempos antes de pedir o divórcio, e porque já não aguentava mais aquela vida, sofreu uma depressão e tentou o suicídio, tomando comprimidos. Entretanto, perdeu o emprego na área de fisioterapia, pois era necessária mais formação para poder continuar a trabalhar e não tinha possibilidades de a adquirir. Mudou de emprego e começou a trabalhar como empregada doméstica em casa de algumas pessoas.

Quando as coisas já estavam mais calmas e estáveis na sua vida, apaixonou-se novamente e teve um relacionamento amoroso com um novo companheiro. Este companheiro era um grande amigo da D. Sofia, ajudou-a muito, tanto emocionalmente como economicamente, mas depois a relação tornou-se doentia, acontecendo o mesmo que já se tinha passado com o seu ex-marido e sendo vítima de maus-tratos novamente, principalmente devido aos ciúmes e controlo exacerbado por parte do companheiro. Sofreu maus-tratos físicos e psicológicos, coação, perseguição e ameaças de morte com armas de fogo, tendo a filha menor assistido a tudo isto. Pôs fim à relação e, mais uma vez, ficou completamente “destruída”. Após esta separação, a D. Sofia continuava a ser constantemente ameaçada e perseguida, gozada pelo ex-companheiro na via pública, que a costuma difamar à frente de toda a gente, pelo que nunca se conseguiu sentir-se segura em lado nenhum. Refere que desta vez ainda ficou mais traumatizada do que com o ex-marido, apesar de nem tudo ter sido mau nesta relação. Este

companheiro ficou muito doente, com cancro e foi a única forma de deixar de perseguir a D. Sofia. No entanto, na pior fase desta relação, quando o companheiro da D. Sofia a ameaçava de morte com armas, a senhora tentou novamente o suicídio.

Nesta altura, perdeu também os grandes amigos da sua vida, pois eles queriam ajudá-la e a D. Sofia nunca deixou, afastando-se sempre, e voltando para o agressor. Arrepende-se muito disto e afirma já não haver forma de os recuperar.

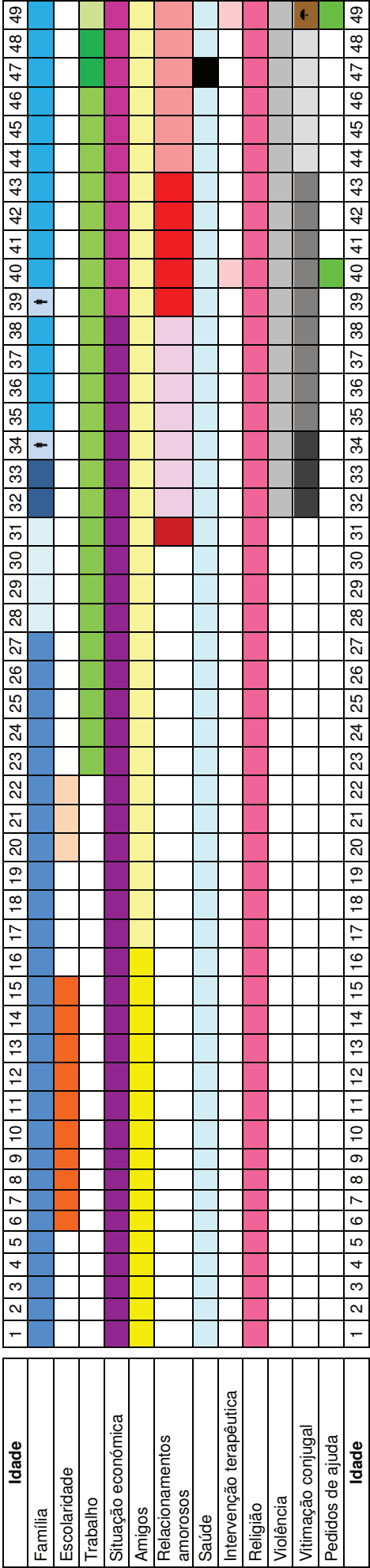
Entretanto, ficou desempregada e as dificuldades económicas aumentaram, tendo tido alguns problemas com a ex-sogra, pois não pagava a pensão de alimentos da filha a tempo, nem na quantia estipulada pelo Tribunal.

Posteriormente, teve ainda outro relacionamento, com um amigo especial com quem manteve pouco contacto devido ao facto de não conseguir confiar nos homens. Referia sentir-se muito mal com isto, porque este homem só queria o seu bem, ao contrário dos anteriores. Mesmo assim, e porque não conseguia, preferiu manter a distância do que poder vir a sofrer novamente maus-tratos.

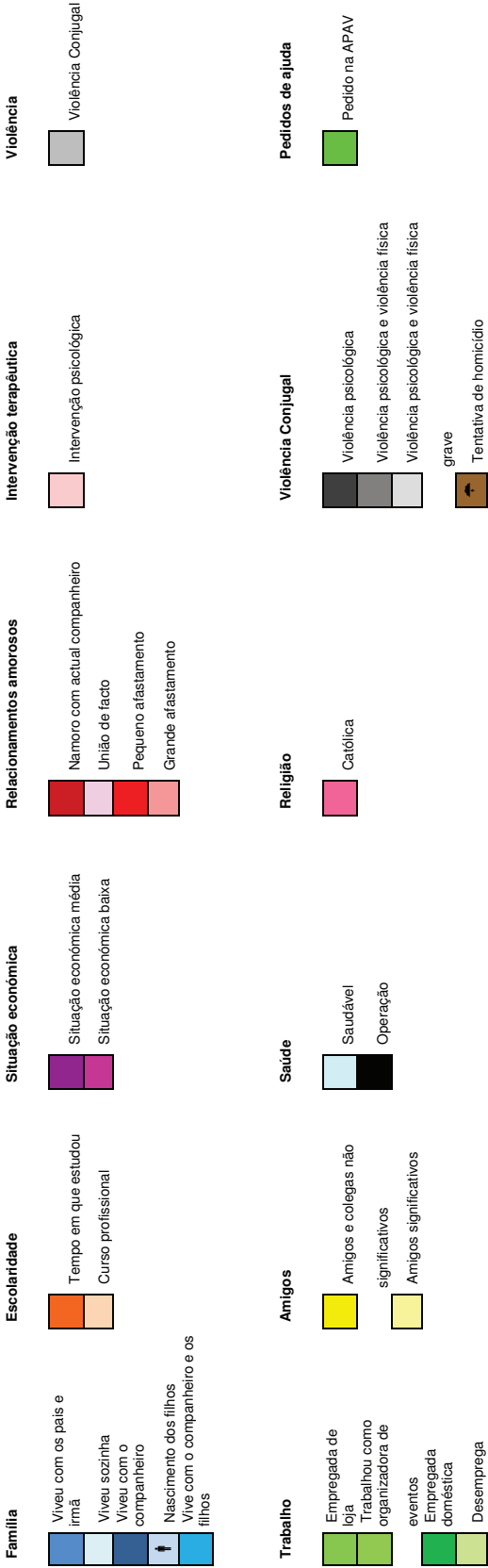
Em Junho de 2008, deu uma nova oportunidade ao companheiro com quem se tinha relacionado anteriormente e recomeçaram o namoro. Terminaram pouco tempo depois, porque a senhora descobriu que este andava a trai-la. Mais uma vez, ficou completamente desiludida.

A sua relação com a filha também é complicada. A D. Sofia refere que a jovem está muito revoltada e que tem alguns problemas de comportamento. Actualmente, mora apenas com a sua filha, ainda não recuperou da depressão, e há cerca de um ano tentou novamente o suicídio, precisamente na altura em que não era vítima de maus-tratos. Pediu novamente ajuda a APAV, como já tinha feito no ano de 2000. Afirma que a filha é o mais importante para si e que não quer que lhe falte nada.

Biograma D. Luísa



Legenda



Sinopse da D. Luísa

A D. Luísa tem 49 anos, nacionalidade Portuguesa e vive maritalmente com o seu companheiro há cerca de 17 anos. Viveu com os seus pais e irmã até aos 27 anos. Sempre se deu muito bem com a família de origem, caracterizando o relacionamento que tinha e que continua a ter com eles como bom, tendo tido uma educação tradicional. Considera assim, que teve uma infância normativa e feliz.

Aos 28 anos, a D. Luísa foi viver sozinha, pois já trabalhava como empregada de loja há alguns anos e já conseguia sustentar-se e viver independentemente, sem ajuda financeira dos pais. Passados 4 anos, começou a viver maritalmente com um companheiro que foi morar para sua casa. A partir desse momento teve início a violência psicológica, os gritos e as ameaças eram uma constante. Tudo tinha que ser feito como o companheiro queria, ele é que sabia sempre tudo e que tinha sempre razão.

No ano de 1993, nasceu o primeiro filho do casal que, actualmente, tem 15 anos, tendo os problemas entre o casal começado a aumentar e o companheiro iniciado a violência física sobre a D. Luísa, começando por pequenos empurrões, estalos, beliscões, entre outros.

A nível profissional, a D. Luísa tirou um curso profissional e tinha uma empresa que funcionava muito bem e onde gostava muito de trabalhar. Entretanto, e porque tinha posses económicas devido ao seu trabalho, montou duas lojas para o companheiro, visto ser o sonho dele, o que a levou a pensar que o seu comportamento melhorasse visto estar realizado profissionalmente.

Em 1998, nasceu o segundo filho do casal que, actualmente, tem 10 anos. Nessa altura, a D. Luísa teve de se afastar do trabalho durante algum tempo e rapidamente o companheiro levou à falência as duas lojas que tinha. Com os problemas económicos, os problemas relacionais entre o casal foram aumentando e a violência começou a surgir ainda mais frequentemente e com maior gravidade por parte do companheiro da D. Luísa, que resolvia tudo com violência física e psicológica. A partir dessa altura, o relacionamento entre o casal nunca mais foi o mesmo, houve um afastamento e a violência tornou-se cada vez mais grave. Muitas vezes os filhos assistiam a tudo o que acontecia.

A violência psicológica por parte do companheiro, para além de a insultar, controlar de todas as formas possíveis e humilhar, também consiste em manipular os filhos para que estes se virem contra a mãe. O que consegue frequentemente com o filho mais novo, que até já “ajudou” o pai a agredir a mãe, com socos e pontapés.

A D. Luísa sempre se considerou uma lutadora, mas afirma estar a chegar ao seu limite e, por isso, pela segunda vez, pediu ajuda à APAV. De momento, está desempregada, trabalhando apenas algumas manhãs como empregada doméstica. Continua a manter a relação marital porque o companheiro não sai da sua casa e a senhora também não quer deixar os filhos, nem perder a casa. O ambiente em casa é terrível, o casal não se fala, só discutem e há cada vez mais episódios de violência extrema.

O companheiro costuma provocá-la de forma a fazer-se passar por vítima, procurando enervá-la, levando-a aos seus limites de paciência, como, por exemplo, tocar-lhe na ponta do nariz vezes sem conta de modo a provocar uma reacção violenta por parte da mulher, para que, posteriormente, possa fazer queixa-crime na polícia. Sempre isolou a D. Luísa, tanto dos seus pais como dos seus amigos, privando-a de ter acesso a telemóveis e telefones. Faz chantagem frequentemente com a D. Luísa dizendo-lhe que lhe tira os filhos para sempre, afirmando que a senhora não é capaz de cuidar deles, humilhando-a, culpando-a de toda a violência.

Normalmente, durante os episódios de violência, o companheiro arrasta-a pelo chão puxando-a pelos cabelos, atira-lhe objectos perigosos, como copos e vasos, atira a comida toda para o chão, sujando a casa toda, destruindo objectos, cuspiendo-lhe, utilizando armas brancas para ameaçar a senhora, já tentou sufocá-la, ameaçando que a põe na cadeia ou que a mata, que ela nunca será feliz, tentando, assim, aterrorizá-la. A D. Luísa afirma que já espera tudo do seu companheiro.

O facto de os problemas da sua vida aumentarem de intensidade e proporção faz com que o cansaço seja cada vez maior, dando-lhe cada vez mais vontade de desistir, tem medo de chegar ao ponto de não aguentar mais. Ainda não desistiu por causa dos filhos. Está farta de lutar e não vê melhorias nenhuma. Os filhos estão cada vez mais revoltados e com bastantes problemas de comportamento. A D. Luísa só quer ter um pouco de estabilidade para si e, principalmente, para os seus filhos, para que estes possam crescer num ambiente mais saudável.

Biograma D. Margarida

Idade
Família
Escolaridade
Trabalho
Situação econômica
Amigos
Relacionamentos amorosos
Saúde
Intervenção terapêutica
Religião
Violência
Vitimação conjugal
Pedidos de ajuda
Idade

[illegible]

Legenda

Família	Escolaridade	Situação econômica	Relacionamentos amorosos	Intervenção terapêutica	Violência
Viveu com os pais e irmão	Tempo em que estudou	Situação econômica média	Namoro com outro rapaz	Intervenção psicológica	Violência conjugal
Viveu sozinha		Situação econômica baixa	Namoro com o futuro marido		
Viveu com marido			Casamento		
Nascimento dos filhos			Relacionamento com o marido		
Viveu com o marido e os filhos			Processo de divórcio a decorrer		
Vive com o irmão e cunhada					
ou fica em casa apenas com os filhos					
Trabalho	Amigos	Saúde	Religião	Violência conjugal	Pedidos de ajuda
Empregada doméstica	Amigos pouco significativos	Saudável	Católica	Violência psicológica	Polícia, Instituto de
Empregada de loja	Amigos muito significativos	Tentativa de suicídio		Violência psicológica e física	Medicina Legal e APAV
Desempregada, apenas a fazer um part-time numa loja de uma amiga				Violência psicológica e violência física grave e extrema	
				Tentativa de homicídio	

Sinopse da D. Margarida

A D. Margarida tem 47 anos, nacionalidade Portuguesa e, neste momento, está a divorciar-se. Viveu com os pais e o irmão mais novo até aos 19 anos e, posteriormente, viveu até aos 24 anos sozinha. Refere ter tido uma infância normal, sempre se deu bem com a família de origem e teve uma educação que considera ter sido boa que lhe permitiu crescer num ambiente saudável.

Começou a trabalhar enquanto estudava, com 15 anos, como empregada doméstica. Contudo, como não era compatível estudar e ainda trabalhar, no ano seguinte deixou a escola. Assim, ficou com o equivalente ao 6º ano de escolaridade. Aos 20 anos teve um relacionamento amoroso que durou 4 anos, mas acabaram por se separar devido ao facto de terem deixado de gostar um do outro. No ano seguinte começou a namorar com o futuro marido, que fazia parte do seu grupo de amigos.

Casou no ano de 1986, tinha 25 anos e o seu casamento durou cerca de 22 anos. Deste casamento, a D. Margarida tem dois filhos do sexo masculino, nascidos em 1986 e 1987 (respectivamente, neste momento com 22 e 21 anos), que sempre assistiram à violência interparesse, tendo estado sempre a par do que se passa e tendo sido vítimas, tanto directas como indirectas, da violência exercida pelo pai.

A violência sempre foi muito intensa, o marido da D. Margarida sempre a ameaçou de morte, humilha-a frequentemente em qualquer lugar, acusa-a de infidelidade, afirmando que os filhos não são dele, vivendo a D. Margarida aterrorizada, sempre à espera que o pior possa acontecer, durante todos os anos de casamento. A D. Margarida afirma mesmo que nunca foi feliz com o marido, que não há momentos felizes no seu casamento.

Quando casou, a D. Margarida mudou de emprego, tendo ido trabalhar para uma loja e mantendo uma situação económica estável. Após o nascimento dos dois filhos e de o marido deixar de contribuir com o seu salário para as despesas familiares, a situação económica piorou, tendo mesmo chegado a passar por necessidades. Para piorar a situação, o marido exigia que houvesse sempre “tudo do bom e do melhor” em casa para ele comer, quando a D. Margarida tinha que sustentar a família sozinha com um salário baixo.

Nos últimos dois anos a gravidade da violência tem piorado muito porque o marido da D. Margarida se embebedava frequentemente e, quando chega a casa, para além, de agredir a D. Margarida, destrói tudo o que encontra em casa, como louças, móveis, entre outros, usando muitas vezes esses objectos para bater na esposa. O marido da D. Margarida tem problemas de consumo de álcool e de jogo, tendo este último problema sido descoberto pondo ela apenas muito recentemente, pelo que a levou a perceber o porquê de o marido nunca trazer dinheiro para casa.

A D. Margarida é agredida diariamente de forma muito violenta pelo marido, tanto física como psicologicamente, e devido a tal a D. Margarida chegou mesmo a tentar suicidar-se há cerca de um ano atrás, pois estava tão desanimada e deprimida que achou não havia nenhuma solução para o seu problema. Foi o filho mais novo que a salvou, que a encontrou após ingestão de comprimidos e a levou imediatamente para o hospital. Refere que este episódio a marcou de tal modo que nunca mais vai tornar a fazer o mesmo, pois os filhos ficaram muito preocupados e tem noção de que os fez sofrer muito.

No ano de 2007, a D. Margarida ficou desempregada e as dificuldades económicas aumentaram. Teve a sorte de poder trabalhar durante as manhãs numa loja, obtendo daí alguns rendimentos.

Da última vez que o marido a agrediu, refere que se o filho não tivesse chegado naquele momento a casa já estaria morta, pois o marido tentou sufocá-la de tal modo que a D. Margarida perdeu os sentidos. Depois desse episódio e de ter tido alta do hospital, fugiu de casa e foi para casa do seu irmão, para ficar em segurança. Apresentou, mais uma vez, queixa na polícia e foi ao Instituto de Medicina Legal, pois tinha marcas bem visíveis. Daí, foi encaminhada para a APAV para lhe serem prestados todos os apoios necessários. Já não sente amor pelo marido e só quer o divórcio e viver o mais longe possível dele. Apesar de triste e bastante perturbada está consciente daquilo que quer da sua vida, de agora em diante.

Durante 20 anos foi vítima de violência doméstica o que manteve escondido de tudo e todos. Refere não estar disposta a continuar a viver assim.

Biograma D. Madalena

[illegible]

Legenda

Família	Escolaridade	Situação económica	Relacionamentos amorosos	Intervenção terapêutica	Violência
<div><div>Viveu com os pais e irmãos</div><div>Viveu em casa da patroa</div><div>Nascimento dos filhos</div><div>Viveu sozinha com a filha numa barraca</div><div>Viveu com o marido e os filhos no Viso</div><div>Mudou para uma casa nova com a família</div><div>Filha saiu de casa para viver com o marido</div></div>	<div><div>Do 1º ao 5º Ano</div><div>Estudar nas Novas Oportunidades</div></div>	<div><div>Situação económica muito baixa</div><div>Situação económica estável</div></div>	<div><div>Namoro com outro rapaz</div><div>Namoro com o futuro marido</div><div>Casamento</div><div>Relacionamento com o marido</div></div>	<div><div>Intervenção psicológica</div></div>	<div><div>Violência conjugal</div></div>
Trabalho	Amigos	Saúde	Religião	Violência conjugal	Pedidos de ajuda
<div><div>Negociante em feiras da terra</div><div>Empregada doméstica interna</div><div>Empregada doméstica e estava de experiência no Hospital Magalhães Lemos (HML)</div><div>Empregada geral no Hospital Magalhães Lemos</div><div>Auxiliar da acção médica e telefonista no HML</div></div>	<div><div>Sempre teve muitos amigos significativos</div></div>	<div><div>Sem problemas graves de saúde</div><div>Hérnia discal</div><div>Operada à coluna</div><div>Paralisou e teve que ser operada novamente à coluna</div><div>Operada - extracção dos ovários</div></div>	<div><div>Católica</div></div>	<div><div>Violação</div><div>Violência psicológica</div><div>Violência psicológica e física</div></div>	<div><div>APAV e Polícia</div></div>

Sinopse da D. Madalena

A D. Madalena tem 51 anos, nacionalidade Portuguesa e é casada. Viveu com os pais e com os seus 9 irmãos até aos 15 anos. É natural do distrito de Braga e teve uma infância que descreve como boa, embora com muitas dificuldades económicas. As dificuldades eram tantas que conta que iam descalços para a escola e que passavam fome. Assim, desde muito cedo começou a trabalhar para ajudar a família. Com 7 anos já ia para as feiras da terra negociar, ganhando algum dinheiro para ajudar os pais. Aos 14 anos, deixou a escola e veio para o Porto trabalhar como empregada doméstica interna. Cuidava da casa dos patrões e dos três filhos menores destes. Nessa altura diz que vivia melhor, não lhe faltava nada na casa onde estava e podia ajudar ainda mais os seus pais, dando-lhes sempre metade do seu salário. A relação com os pais foi sempre muito boa, sempre fez tudo o que pode por eles.

Quando tinha 19 anos, namorava com um rapaz, mas apaixonou-se pelo futuro marido. Começou a namorar com o futuro marido que nunca aceitou as suas vontades e a obrigou a ter comportamentos que a D. Madalena, tendo-a violado de forma a obrigá-la a casar consigo, pois a senhora não queria ter relações sexuais antes do casamento. Nesse mesmo ano, 1977, engravidou e teve de casar. Afirma ter sido horrível, que sofreu muito, que nesse momento “morreu”. A família não estava de acordo, e também não era assim que a D. Madalena desejava iniciar a sua vida de casada e constituir a sua família. Foi ameaçada pelo namorado e chantageada, e a partir do momento em que foi violada começa a sua história de violência conjugal.

Posteriormente ao nascimento da sua filha, tornou a passar imensas dificuldades económicas, pois saiu da casa dos patrões onde estava e foi viver para uma barraca com a filha. O marido foi chamado para a tropa, tendo a D. Madalena ficado sozinha com uma filha recém-nascida. Assim, ficou a trabalhar em dois empregos ao mesmo tempo, como empregada doméstica, numa casa em que a patroa era sua amiga, pois permitia-lhe “levar a bebé para lá enquanto trabalhava”, e em experiência num Hospital, porque o seu médico lhe deu essa “oportunidade para concorrer”. Entretanto, foi também expulsa da barraca em que vivia, mas foi ajudada pela Segurança Social e atribuíram-lhe uma casa. Durante dois anos, em que o marido esteve na tropa e a D. Madalena ficou sozinha a cuidar da casa e da filha ainda era ameaçada pelo marido, que sempre que vinha a casa humilhava constantemente a D. Madalena, desvalorizando-a e ridicularizando-a. Dentro de casa era um pesadelo, mas fora de casa, parecia ser o melhor marido possível, tratando muito bem a mulher à frente dos de fora.

No ano de 1978, a D. Madalena foi contratada por um Hospital, tendo ficado efectiva e aí as condições económicas começaram a melhorar novamente. Posteriormente, o marido regressou da tropa e as agressões pioraram, não exercendo apenas violência psicológica, mas também partindo para a violência física. Em 1983, o casal teve o seu segundo filho. A relação entre o casal continuou a piorar e a violência a aumentar ao longo dos anos. A D. Madalena refere que o marido nunca gostou dela como ela gosta dele, que nunca se dedicou a ela nem aos filhos, estando quase sempre ausente.

Na maioria das vezes as agressões começam sem motivo aparente e, ultimamente, o marido da D. Madalena já a tentou matar mais que uma vez, tanto na residência que têm em comum, como na via

pública, tendo sido as pessoas a impedir uma maior agressão e a chamarem a polícia. A D. Madalena sente uma grande tristeza, já por inúmeras vezes tentou “modificar” o comportamento do marido, até terapia familiar já fizeram, acabando o seu marido por desistir de todas as oportunidades de reconciliação possíveis por parte da mulher. A violência exercida assume diferentes formas, desde insultar, difamar, desconfiar, controlar, insinuar que tem amantes, bater com extrema violência, atirar objectos, ameaçar, obrigar a ter relações sexuais, entre outras. A D. Madalena diz que é um horror.

Quando pediu ajuda à APAV a D. Madalena estava muito desanimada com a sua vida devido ao seu “sonho de vida estar destruído”. Afirmava não ter forças para continuar, ter “perdido o sentido da vida”, e já ter mesmo pensado em acabar com este sofrimento matando-se. Afirmava que não gostava de si e que quando se via ao espelho sentia “raiva”.

Com a queixa na polícia o seu marido acalmou um pouco e a violência começou a ser menor, ou seja, mais espaçada no tempo, não significando que seja de menor gravidade. Já por várias vezes, a D. Madalena saiu de casa, abandonando o marido, convencida que o deixaria para sempre, contudo, e devido às estratégias que o marido utiliza na conhecida fase denominada de “lua-de-mel”, a D. Madalena acabou sempre por perdoá-lo e dar-lhe uma nova oportunidade, voltando para casa.

Procedemos, de seguida, à discussão dos principais resultados encontrados no estudo empírico que acabamos de apresentar, procurando avançar possíveis explicações para os mesmos, tendo em conta os significados e as atribuições que as participantes deste estudo conferem às suas vivências.

Escalada, em intensidade e frequência, dos maus tratos ao longo dos anos

Os resultados obtidos permitem tecer algumas considerações, relativamente ao primeiro objectivo deste estudo. Podemos verificar que, em todos os casos estudados, a violência teve início quando as mulheres começaram a relacionar-se com os companheiros, os quais se viriam a revelar agressores. Podemos também afirmar que já antes de casarem ou se juntarem em união de facto, existiam episódios de violência, principalmente psicológica, ao longo da relação de namoro, como afirma uma das entrevistadas: *“Inicialmente corria tudo bem, mas já havia bastante controlo. Na altura eu não me apercebi, mas ele nem sequer me deixava estar sozinha com os restantes amigos. Tinha sempre de andar com ele e também contar-lhe sempre tudo que fazia. (...) Apenas algumas discussões, mas nessa altura eu era muito nova e cedia muito. Talvez esse tivesse sido o erro. Devia ter-me imposto.”* (D. Margarida).

Quando o casal passa a viver junto na mesma casa, todas as mulheres entrevistadas referem que a violência, antes essencialmente psicológica, passa a ser também física, começando com comportamentos menos graves e passando, ao longo do tempo, a ser mais graves e mais frequentes, tendo-se tornado para estas mulheres um perigo de vida coabitarem com os agressores, como se pode observar no discurso das vítimas: *“Inicialmente era mais violência psicológica, posteriormente, juntamente com a psicológica também começou a bater-me muito. (...) Inicialmente as [agressões eram] mais levezinhas, como os gritos, as ameaças, não dar dinheiro, tirar-me o telemóvel e arrancar o fio do telefone, não permitir que usasse a TV, humilhar-me, e mais tarde, bater-me com muita violência, pôr-me a sangrar, atirar com objectos, destruir a casa, atirar-me contra a parede.”* (D. Margarida); *“Inicialmente psicológicos e depois violência física e violação diária.”* (D. Sofia); *“Os primeiros foram os psicológicos, depois passou à violência física e psicológica mais grave.”* (D. Francisca).

Os maus tratos mais frequentemente referidos por estas mulheres, que afirmam terem começado logo no início dos seus relacionamentos amorosos, são gritos, ameaças, pequenos empurrões, insultos, difamações ou afirmações graves, que pretendem humilhar ou “ferir”, sendo mais comum no namoro actos “menos graves”, confirmando os dados da literatura (e.g. Gelles, 1997), como, por exemplo, *“se vais sair com as tuas amigas está tudo acabado entre nós”*, tanto com o objectivo de aterrorizar e a intenção de meter medo como, principalmente, no sentido de controlar os movimentos das mulheres.

Após o casamento, estas mulheres referem que a violência aumentou imediatamente, tendo os maus tratos evoluído, assumindo formas muito mais perigosas. Começando por fazer alusão às agressões verbais, podemos verificar que no discurso das mulheres participantes, é frequente a presença de referências a inúmeras ofensas verbais como parte integrante da dinâmica da violência interpessoal. Geralmente, ocorrem antes de uma agressão física, sendo o ponto de desencadeamento do mau trato. Outras vezes, não menos vulgar, ocorre simultaneamente à agressão física. *“No fundo, tudo serve para ele armar confusão e destratar-me.”* (D. Margarida); *“Por tudo e por nada cria discussões. Ele é que sabe sempre tudo. Não ouve as outras pessoas e parte logo para a violência.”* (D. Madalena). Assim, são várias as referências a insultos, normalmente, afirmações que desvalorizam a mulher, muitas vezes associados a acusações de infidelidade, usados também como uma tentativa de estabelecer o controlo através da subida do tom de voz. *“Ele é que sabe sempre tudo. Pensa que tudo o que diz é lei.”* (D. Madalena).

Por outro lado, as vítimas referem as ameaças, sendo estas muito comuns na violência conjugal, e por isso, bastante presentes no discurso destas mulheres, que as consideram graves e constantes no seu dia-a-dia. É habitual que os homens as ameacem com agressões físicas, e em todas as narrativas, as mulheres referem ter sido vítimas de ameaças de morte, assim como, de ameaças dirigidas não só a si mesmas, como aos seus filhos ou pais, como forma de as pressionar ou coagir a alguma coisa. Frequentemente as ameaças são acompanhadas de recurso a armas, tais como, pistolas e facas. O impacto destas ameaças, a nível psicológico, é muito intenso nestas mulheres, sendo que muitas referem ter chegado a temer pelas próprias vidas e pelas vidas dos seus filhos, vivendo permanentemente num ambiente de terror [*“Eu considero-o um monstro. Acho que é mesmo má pessoa. Não tem motivos para fazer isto que faz. Sempre me teve a mim e aos filhos do lado dele, e sempre nos tratou mal.”* (D. Margarida)].

Frequentemente, o limite da escalada é a tentativa de homicídio, facto comum na nossa amostra, como podemos verificar pelas informações recolhidas nas entrevistas das participantes: *“Inicialmente era mais violência psicológica, depois essa passou a ser mais grave e posteriormente violência física, até à tentativa de homicídio.”* (D. Luísa); *“Violava[-me] diariamente, usando[-me] como um objecto sexual. Controlo. Difamação. Provocações. Humilhação e insultos. Tentativa de homicídio.”* (D. Sofia); *“(…) no dia posterior em que o meu marido me tentou matar, ainda ia toda pisada e cheia de marcas.”* (D. Margarida).

A presença da escalada pode, ainda, estender-se ao espaço em que a violência é exercida, tal como se percebe nos discursos obtidos: *“Inicialmente era [em nossa casa] e na casa dos familiares [dele]. A partir do momento em que [comecei a] trabalhar passou a exercer maus tratos também em espaços públicos.”* (D. Francisca); *“Na maioria das vezes acontece em casa, mas também já aconteceu em lugares públicos.”* (D. Margarida). Assim, o aumento da frequência e da intensidade dos actos violentos cometidos pode, em determinadas situações, significar a perda de controlo do agressor, que parece esquecer a preocupação constante em manter uma aparência normal: *“Ocorrem em casa, porque para as pessoas de fora aparenta sempre ser uma boa pessoa, que me trata muito bem. Contudo, há pouco tempo houve aquele episódio em que ele foi ao meu local de trabalho e à frente de toda a gente no bar ofereceu-me porrada.”* (D. Madalena).

Em conclusão, os casos analisados parecem dar a resposta esperada ao primeiro objectivo do estudo, confirmando a presença da escalada enquanto característica da evolução da violência vivida, tanto a nível de gravidade como de intensidade dos maus tratos exercidos ao longo do tempo na relação marital. Tal como indica a literatura, as situações de maus tratos perpetuam-se no tempo, tendendo a agravar uma problemática complexa.

No entanto, o conhecimento teórico indica igualmente que, por si só, a presença da escalada não garante uma compreensão profunda da problemática da violência doméstica, nem permite justificar a variedade de trajectórias de violência encontradas. Na verdade, em alguns dos casos estudados, a violência conjugal assumiu, desde o início do relacionamento amoroso, na fase de namoro, uma gravidade acentuada, caracterizada por tentativas de abuso sexual e mesmo a concretização de violações, considerados pelas mulheres como comportamentos graves de violência: *“O episódio de violência que ocorreu foi o meu namorado me ter obrigado a ter relações sexuais com ele. Violou-me, mas nunca me bateu nessa altura.”* (D. Madalena). Os maus tratos exercidos nas relações amorosas juvenis merecem uma atenção especial, visto este ser considerado um importante preditor da violência conjugal (Hamby, 1998).

Como podemos verificar adiante, quando nos referirmos especificamente à violência sexual na fase de namoro, esta ocorre, na maioria das vezes, como forma de *prender* o outro a si. Por exemplo, é muito comum ouvirmos estas mulheres dizerem que ficaram *“desonradas”*, não podendo ter escolha a partir desse momento, a não ser ficar com o agressor, como é o caso da vítima anteriormente referida: *“Eu gostava muito dele, mas ele foi muito mau para mim, foi um falso, não me respeitou, foi contra a minha vontade. Enganou-me e obrigou-me a fazer o que eu não queria. Eu queria ter casado virgem. Depois já não tive escolha, tive que ficar com este homem. Continuo a gostar dele, é o meu marido.”* (D. Madalena).

Ciclo de violência como característica da relação conjugal violenta

Tal como diversos estudos mencionam, as mulheres vítimas de violência conjugal permaneceram ou permanecem na relação maltratante por períodos de tempo consideráveis após a instalação do abuso (Campbell *et al*, 1994, Ferraro & Johnson, 1983, Heton *e tal*, 1983, cit Rosen & Stith, 1997), o que acontece, por não reconhecerem desde logo o abuso (Burke, Gielen, McDonnell, O’Campo, Maman,

2001), ou, minimizarem ou negarem a existência do abuso durante alguns períodos de tempo (Ferraro & Johnson, 1983, Mills, 1995, cit Anderson & Standers, 2003), ainda que, no caso das mulheres participantes neste estudo, todas tenham já assumido serem vítimas de maus tratos, facto que as levou a pedir ajuda na APAV. Por exemplo, podemos atender ao discurso da D. Margarida, quando se refere ao impacto que a violência no namoro teve em si: *“Na altura não teve muita. Mas agora, quando penso, sei que aí foi o início de toda a violência.”*

Quando estas mulheres conseguem pedir ajuda ou receber algum apoio, procurando reiniciar uma nova vida, podemos verificar, muitas vezes, o fracasso deste esforço, o qual se pode compreender pela presença do ciclo da violência descrito por Walker (1979, 1994). Segundo Barros (2000) as promessas feitas de não-violência oferecidas pelo parceiro asseguram o envolvimento necessário para perpetrar as práticas violentas. Recordamos aqui as palavras da D. Madalena, que por várias vezes referiu: *“(...) o que me incomoda mais, é depois vir com falinhas mansas como se já se tivesse esquecido do que aconteceu no dia anterior, chama-me por diminutivos carinhosos, que para mim, não têm valor nenhum, e já teve a lata de me enviar flores. Ele não faz ideia do que este comportamento me incomoda. Depois durante uns dias tudo corre bem e, claro, que tinha de voltar ao mesmo. É sempre assim.”* (Relato feito durante uma consulta anterior à aplicação do Biograma). Nesta altura, o que acontece mais comumente, tendo sido verificado várias vezes em todos os casos apresentados neste estudo, é a cedência por parte das vítimas, concedendo uma nova oportunidade, ou seja, retomando a relação com o marido.

No discurso da D. Madalena, é bastante explícita a presença do ciclo da violência, uma vez que a senhora dá constantemente ao marido oportunidades de reconciliação, mesmo sabendo que *“nada irá mudar”*, persistindo o sentimento de esperança: *“Continuo a gostar dele (...)”*. Recuando no tempo, as mulheres lembram momentos felizes que viveram com o marido, enquanto casal, reencontrando, desta forma, sonhos que adivinhavam perdidos para sempre: *“Gostava muito dele e tinha o sonho de construir uma família.”* (D. Margarida). Nos casos analisados, após assumirem a opção de tentar novamente, tendo voltado para os maridos ou companheiros e tentando ser uma família dita “normal”, ou seja, onde os episódios de violência não fazem parte da dinâmica familiar, seguiram-se, para estas mulheres, dias em que as tensões de um passado recente resultaram invariavelmente no desencadear da violência. Possivelmente, não sendo capazes de manter controlo sobre as suas acções, os agressores voltam a ser extremamente violentos,

submetendo as suas mulheres e companheiras a novas situações de vitimação, e como se pode verificar através dos dados recolhidos, esta violência caracteriza-se, cada vez mais, por maior frequência e gravidade, pelo que as mulheres reconhecem que os maridos, sempre violentos, agravam o seu comportamento: “(...) todos os dias há discussões, mesmo sem haver motivo plausível.” (D. Luísa).

Tipos de violência continuada exercidos ao longo da relação

Podemos identificar, neste estudo, a presença de diferentes tipos de maus tratos no contexto da relação de conjugalidade, os quais vão ao encontro dos dados descritos na literatura. Assim, no que se refere aos maus tratos emocionais, são referidos, pelas participantes, insultos, difamação, afirmações graves para humilhar a parceira ou feri-la, gritar ou ameaçar para meter medo, partir coisas ou deitar a comida para o chão, impedir o contacto com outras pessoas, ficar com o salário da vítima ou colocá-la em situação de privação económica. As participantes deste estudo descrevem os episódios vividos, referindo-se aos agressores como sendo capazes de “*Insinuar que sou uma mentirosa. Diminuir-me à frente de toda a gente, gritar no meio da rua com pessoas desconhecidas a assistir.*” (D. Margarida), além de comportamentos através dos quais “Desvaloriza, bate, ameaça, discute, berra, atira objectos, a violência que só era exercida dentro de casa estendeu-se também à via pública, não tendo (...) qualquer preocupação com o sítio onde estava.” (D. Francisca).

Como agressões físicas, as mulheres que participaram neste estudo, referiram com frequência bater, dando “estaladas”, murros e socos, empurrões contra armários ou paredes, encontrões, pontapés, bater com a cabeça na parede ou em móveis, puxar o cabelo, apertar o pescoço, sufocar, empurrar pelas escadas ou deitar abaixo da cama, cabeçadas, destruição de objectos e, muitas vezes, agressão com esses objectos, os quais, sendo perigosos, podem provocar ferimentos graves, sendo frequentes os relatos pormenorizados dos episódios de violência: “*Esfregar as mãos ensanguentadas e dizer que era assim que eu ia morrer. Fazer com que eu perdesse os sentidos de tanta violência física.*” (D. Margarida); “[Perseguia-me e ameaçava-me] com armas. *Tentativa de homicídio.*” (D. Sofia).

No que respeita à violência sexual, de acordo com o relato efectuado pelas vítimas, podemos afirmar que é comum os seus maridos ou companheiros abusarem delas sexualmente, uma vez que vêem o corpo das esposas e companheiras como

propriedade sua, estando disponível para as suas necessidades sexuais, quase nunca respeitando a vontade da outra pessoa. Como refere Barros (2000), “o violentador não reconhece na mulher desejos, interesses, necessidades próprias. A vida dela deve expressar a vida dele, seu corpo deve servir tão somente às necessidades daquele que a “possui” (p.17): “*Violava[-me] diariamente, usando[-me] como um objecto sexual.*” (D. Sofia); “*Não era assim que eu queria que as coisas tivessem acontecido, mas ele violou-me como forma de me prender e eu não tive escolha.*” (D. Madalena).

Também os comportamentos de controlo coercivo são muito frequentes nos discursos destas mulheres, que fazem referência a comportamentos de controlo coercivo por parte dos maridos ou companheiros, entre os quais palavras, atitudes ou acções, com a finalidade de exercer poder e dominação sobre as mulheres. O controlo das saídas é referido com mais frequência neste grupo de mulheres, havendo normalmente a exigência de um pedido de autorização e aviso prévio quando a mulher sai ou toma alguma decisão: “*(...) estava sempre a controlar tudo o que eu fazia. Era capaz de me seguir para ver se eu realmente estava a fazer o que tinha dito que ia fazer.*” (D. Margarida). Por exemplo, é comum o agressor privar a mulher de relações sociais normativas, até mesmo do contacto com os familiares mais próximos, para que esta não possa pedir ajuda.

É, igualmente, muito mencionado o controlo económico, normalmente com o objectivo de manter a dependência da mulher relativamente ao agressor, controlando todos os gastos que esta faz. Por outro lado, é também muito comum que o agressor não contribua para as despesas económicas quotidianas, ou, quando a mulher é a principal fonte de rendimento da família, que este exija que lhe dê dinheiro, tirando-o à força ou às escondidas: “*(...) recusava-se a dar dinheiro, tendo de ser eu sozinha a sustentar a minha casa, os meus filhos e ainda pôr do melhor na mesa para o jantar dele, senão era motivo para haver logo discussão.*” (D. Margarida). Estas tentativas de controlo ocorrem, na maioria das vezes, em concomitância ou como precipitantes de um episódio de violência física, sendo reforçadas pelos sentimentos de propriedade dos maridos ou companheiros relativamente às suas esposas ou companheiras. Segundo Alarcão, “*(...) O recurso à força constitui-se como um método possível de resolução de conflitos interpessoais, procurando o vitimador que a vítima faça o que ele pretende, que concorde com ele ou, pura e simplesmente, que se anule e lhe reforce a sua posição/identidade.*” (Alarcão, 2000, p. 296). São igualmente frequentes as acusações de infidelidade, particularmente quando as mulheres não acedem aos pedidos dos agressores.

Significados dos episódios de vitimação conjugal continuada para as vítimas

Analisando os discursos das mulheres participantes neste estudo, podemos perceber que os episódios de violência conjugal de que foram, ou são ainda, vítimas são entendidos como o exercício da autoridade e domínio dos maridos ou companheiros sobre as mulheres. “(...) A violência doméstica constitui sempre uma forma de exercício do poder, mediante o uso da força (física, psicológica, económica, política), pelo que define inevitavelmente papéis complementares: assim surge o vitimador e a vítima.” (Alarcão, 2000, p.296).

As vítimas apresentam a crença da dependência dentro da relação, reforçando, assim, a percepção da sua falta de controlo da situação, ainda que sejam, estas mulheres, capazes de atribuir a responsabilidade dos actos cometidos aos agressores. Em geral, referem como causas das agressões de que são vítimas a dominação masculina, o machismo e a falta de respeito: *“Eu é que tenho sempre culpa de tudo, mesmo que tenha sido ele a fazer asneiras, nunca assume”* (D. Madalena). Este sentimento de falta de controlo e poder de decisão sobre a própria vida justifica, de certa forma, a permanência das vítimas na relação conjugal violenta, culminando em episódios de violência progressivamente mais frequentes e graves, aos quais sentem necessidade de pôr fim: *“Os maus tratos permanentes. Neste momento já não consigo suportar.”* (D. Margarida). Nestes momentos, o sentimento de *desespero*, assim descrito pelas vítimas, resulta em diversas estratégias, desde o pedido de apoio à tentativa de suicídio, utilizadas com o objectivo de terminar a situação de violência e sair da relação abusiva: *“(...) já me tentei suicidar, há cerca de 1 ano, na altura do Natal, estava muito triste e desanimada e sentia que já não aguentava mais a situação de violência doméstica.”* (D. Margarida).

Por outro lado, as várias formas que a violência conjugal pode assumir, parecem ter um impacto diferenciado para as vítimas, uma vez que, embora a todos os comportamentos violentos seja atribuído um significado negativo, na verdade, determinadas condutas acarretam consequências mais graves, as quais permanecem ao longo do tempo. Assim, embora as agressões físicas sejam descritas pelas vítimas como comportamentos de violência de natureza mais severa, e percepcionadas, na maioria das vezes, como muito graves, foi, neste estudo, comumente referido por estas mulheres terem ficado mais magoadas e feridas devido à violência psicológica do que à violência física que sofreram. Apesar das sequelas da violência física as levarem muitas vezes ao hospital, e embora mintam a quem nota as marcas físicas,

tentando esconder o problema, as sequelas da violência psicológica, afirmam estas mulheres, são muito mais difíceis de superar: “ [Sinto-me] *muito mal* (...) [já me tentei] *suicidar 3 vezes*. [Estou] *muito perturbada a nível psicológico* (...) [fiquei] *marcada para sempre e não consigo ultrapassar esta situação*. *Muitos traumas psicológicos e crises de ansiedade derivados aos maus tratos deste casamento*. *Nunca mais* [fui] *a mesma pessoa*.” (D. Sofia).

Relativamente aos episódios de maus tratos podemos perceber que, muitas vezes, estas mulheres sujeitam-se ao abuso sexual de forma a evitar que os parceiros partam para a violência física, suportando tentativas de violação, e quase sempre, a sua concretização, coitos vaginais ou anais forçados, chegando, muitas vezes, a receber assistência em urgências hospitalares devido às graves consequências destes actos. Este tipo de violência começa, para a maioria das vítimas, durante o namoro, havendo casos, em que a violação é utilizada pelo agressor com o objectivo de obrigar a vítima a casar consigo e a não o abandonar: “*Tinha 19 anos. Aconteceu tudo nesse ano, porque o meu futuro marido me desonrou. Não era assim que eu queria que as coisas tivessem acontecido, mas ele violou-me como forma de me prender e eu não tive escolha*.” (D. Madalena).

De referir que este tipo de violência aumenta, fortemente, o sofrimento psicológico destas mulheres, obrigadas a manter relações sexuais, porque apresentam crenças, do tipo “sou esposa e tenho que estar disponível para o meu marido”. Algumas destas mulheres desconhecem mesmo o direito a escolher ter ou não relações sexuais, atendendo à crença de que é seu dever satisfazer o marido para que “ele não fosse procurar fora de casa o que não tinha dentro”. Tal questão, podemos considerar, está relacionada com o facto de, habitualmente, estas mulheres não serem livres para decidir por si próprias, dependendo das ordens do marido ou companheiro, comportamento que entendem normal porque suportado pelos valores culturais tradicionais transmitidos pela educação que receberam: “*A partir do momento em que aconteceu eu morri. Depois com o tempo fui aceitando e seguindo a minha vida como tinha de ser, tinha que assumir as responsabilidades, se bem que sei que não tenho culpa do que aconteceu* (...)” (D. Madalena).

Em todas estas relações conjugais podemos verificar uma degradação lenta e inexorável da relação, assim como, uma enorme dificuldade, ou mesmo, incapacidade de comunicação entre os casais. Estas mulheres afirmam ficar aterrorizadas ao menor sinal de alteração do agressor, esperando uma vez mais, um ataque físico e

psicológico súbito e brutal. Os maus tratos infligidos pelos maridos ou companheiros são, assim, algo já esperado por estas mulheres, que vivem constantemente com medo, apresentando um grande nível de ansiedade, levando esta situação a comportamentos de submissão às constantes ordens e exigências dos respectivos maridos ou companheiros, com o intuito de evitar sofrer mais consequências negativas.

Neste estudo, foi possível identificar os factores, tal como Matos (2000) descreve, responsáveis pela inibição que leva, na maioria das vezes, estas mulheres a adiarem a denúncia da violência íntima vivenciada, nomeadamente, a vergonha, a minimização da “pequena violência”, *“Sim, desde o início logo (...) estava sempre a controlar tudo o que eu fazia. Na altura não teve muita [importância]. Mas agora quando penso, sei que aí foi o início de toda a violência.”* (D. Margarida), o medo da revitimação, os comportamentos controladores dos parceiros, a crença em valores que ditam modos de ser e de estar compatíveis com o abuso, *“Gostava muito dele e tinha o sonho de construir uma família.”* (D. Margarida), a não percepção de recursos ou opções alternativas, *“desde muito cedo [me habituei] a uma vida (...) muito triste.”* (D. Francisca), o receio da reacção do outro à revelação ou a falta de informação sobre a forma como os outros poderão ajudar a vítima de um crime desta natureza. As mulheres inquiridas referiram que várias condicionantes da sua vida, tais como, o isolamento, a falta de poder e de recursos, ou a adesão a papéis de género tradicionais, tornam difícil aceitar o desafio de sair da situação abusiva. Revelam crenças que as levam a adequar e adaptar os seus comportamentos às necessidades e às prescrições dos parceiros de modo a que consigam concretizar o desejo de tornar aquela relação viável no presente e no futuro. Quando tem a percepção de que todos os limites foram realmente ultrapassados, a maioria destas mulheres desenvolve estratégias para responder aos maus tratos infligidos pelo marido, procurando defender-se e evitar sofrer consequências mais graves. Contudo, na maioria das vezes, persiste a esperança de que o marido ou companheiro possa, ainda, mudar e de que a relação possa, assim, ser preservada.

No entanto, à medida que as necessidades da mulher não são consideradas pelo parceiro, aumenta, progressivamente, a gravidade do abuso, levando-a a desejar, efectivamente, a mudança desta realidade. O mal-estar e a tensão da relação intensificam-se e a esperança de ter um relacionamento saudável esmorece, sendo estas, geralmente, situações propícias a que as mulheres afirmem com muita frequência “só quero ter paz”, não se importando mais com a relação amorosa: *“[Sinto] grande desgosto e [perdi] a confiança no [meu] marido.”* (D. Francisca); *“[O meu*

casamento foi] *um pesadelo. Agora só quero esquecer e andar para a frente com a minha vida.*” (D. Margarida). Estas mulheres admitem, então, que a violência é um problema e que os seus esforços, apesar de poderem minimizá-lo, jamais o eliminarão por completo, se os parceiros não quiserem, assumindo a ausência de poder ou controlo sobre a situação: “[Ele] *manipula o filho mais novo virando-o contra [mim]. [Disse ao] filho mais velho que ele tinha deixado de ser filho dele.*” (D. Luísa). Os filhos destas mulheres representam uma relação significativa, sendo alvo da sua dedicação total: “*Foi a melhor coisa que me aconteceu na vida. Os meus filhos são tudo para mim e faço tudo por eles.*” (D. Margarida). À medida que o abuso se agrava e eles se tornam, também, vítimas do agressor, o bem-estar geral de mulheres e filhos é afectado, emergindo, em consequência, sentimentos, cada vez mais acentuados, de perda, fracasso, revolta e medo, pelo que, segundo Burke *et al* (2001), as vítimas começam a considerar os prós e contras da mudança.

Quando percebem que nada mudará, estas mulheres optam pelo afastamento, tanto físico como psicológico, quer dos parceiros, quer da própria relação, assumindo uma atitude pró-activa, procurando ajuda para recuperar o controlo efectivo das suas vidas. Todas as mulheres que cooperaram neste estudo pediram apoio à APAV e foram objecto de *intervenção psicológica* nesta instituição. As mulheres que tiveram um maior número de consultas revelaram ter sentido este apoio como mais gratificante, além de as ter ajudado a superar algumas das sequelas existentes provocadas pelos maus tratos, pelo que este processo revela a necessidade de um acompanhamento progressivo, no sentido de permitir a estas mulheres a (re) organização da sua vida, a nível pessoal, familiar e social: “[Após este apoio] *estou muito mais positiva e acredito que vou ter um futuro melhor.*” (D. Margarida). É, então, possível afirmar que, atingido este objectivo, os episódios de violência conjugal assumem um novo significado nas vidas destas mulheres, sendo a experiência de vitimação percebida, não como uma fatalidade, mas como um período de tempo, após o qual a mulher (re) assume, (re) organiza e (re) define os seus objectivos de vida, assumindo uma nova perspectiva relativamente ao futuro: “[Quero] *ficar com a minha casa e que o meu ex-companheiro vá embora, que o Tribunal de Menores me dê a guarda dos filhos e reorganizar a minha vida economicamente.*” (D. Luísa); “*Que seja bem melhor do que o passado. Espero ter um bocadinho de felicidade.*” (D. Margarida).

Regularidades encontradas nos Biogramas

Analisando os dados obtidos após a aplicação dos Biogramas, é possível identificar várias características comuns em todos os casos estudados. Assim, podemos averiguar, analisando a linha do biograma referente à *família*, que todas as mulheres participantes neste estudo consideram ter tido uma infância normativa. Viveram com os pais inicialmente, deixando, na sua maioria, a família de origem desde muito cedo para casar ou para se juntarem com os maridos ou companheiros e encetarem, assim, uma vida conjugal. Verifica-se também não ter havido abusos nem maus tratos por parte dos pais em nenhum dos casos, como exemplificado no discurso da D. Madalena, referente à família: *“Tive uma infância boa, embora com muitas dificuldades económicas. (...) Sempre gostei muito dos meus pais. Sempre tive uma grande admiração por eles. Tiveram uma grande família e fizeram de tudo para me criar a mim e aos meus irmãos. (...) Tive uma educação recheada de muito amor e regras. Houve sempre muito respeito perante os pais. Acho que fomos bem-educados.”*

Quanto ao tipo de educação que receberam, estas mulheres referem ter apreendido valores tradicionais, sendo a educação igualmente caracterizada por ser bastante *ríspida*. Tal educação poderá ser entendida, principalmente, atendendo ao contexto de origem de que provêm, uma vez que são, na sua maioria, pessoas provenientes de meios do interior do país, onde, geralmente, a educação é caracterizada por maior rigidez e controlo por parte dos progenitores, além de um abandono escolar precoce, uma vez que as mulheres cedo deixam a escola para trabalhar. Todas as participantes referem ter sido educadas na convicção de que não se expõe a vida íntima, e de acordo com o mito *“entre marido e mulher ninguém mete a colher”*, aceitando desde muito cedo estes padrões de comportamento como normativos.

Nestes casos, não foi possível verificar, portanto, um padrão de transmissão intergeracional da violência, em que esta seria iniciada já na infância, no seio familiar. De acordo com a literatura, é muito comum que mulheres vítimas de violência conjugal tenham sido vítimas de violência interparental na infância, e considerem normal este tipo de funcionamento familiar, admitindo, igualmente que a figura masculina, seja como pai ou marido, detém todo o poder e controlo, e todos lhe devem respeito.

No que diz respeito à *escolaridade*, encontramos que a frequência do ensino é comum, dado que todas as participantes frequentaram a escola. Contudo, o grau de

escolaridade obtido é relativamente baixo, não ultrapassando o 9º ano de escolaridade. “Estudei até ao 6º ano (...) Iniciei aos 6 anos e terminei quando tinha 15.” (D. Margarida); “Estudei até ao 5º Ano (...) Comecei a ir à escola aos 7 anos e terminei aos 13.” (D. Madalena). No entanto, algumas destas mulheres investiram na sua formação posteriormente, como é o caso da D. Madalena, que está, neste momento, a tirar um curso, ao abrigo da iniciativa Novas Oportunidades. Esta motivação para evoluir poderá ter resultado do facto de estas mulheres não terem tido essa possibilidade quando eram mais novas, porque os maridos as controlaram, não as deixando estudar. Agora querem ser mais independentes, lutando por uma vida que consideram melhor.

Estas mulheres afirmam-se mais seguras de si, graças ao apoio psicológico, e outros tipos de apoio, que recebem, os quais referem lhes dão a oportunidade de se reencontrarem, pessoal e laboralmente, “indo à luta” em busca de alguns sonhos, os quais pareciam já perdidos. No caso da D. Francisca, tem a oportunidade de trabalhar pela primeira vez apenas aos 30 anos, quando o marido fica doente e a única hipótese de sustentar a sua casa é passar a trabalhar, descobrindo, então, um mundo que nunca antes lhe fora permitido. Este facto levou a um aumento de ansiedade do seu marido, pois sentiu perder todo o controlo que detinha anteriormente sobre ela, o que levou a um aumento do grau de poder exercido e, conseqüentemente, dos episódios de violência, tanto psicológica como física.

As restantes participantes começaram a trabalhar muito cedo, mal saíram da escola, exemplo da D. Madalena: “A tempo inteiro comecei a trabalhar aos 14 anos, que foi quando vim para o Porto. Trabalhava como empregada doméstica interna (...)”, e conseguiram manter o seu trabalho, evoluindo na sua carreira profissional, sendo elas, muitas vezes, a sustentarem a casa e a família, sem ajuda dos maridos ou companheiros, que não lhes davam nenhum apoio económico, como mostra o discurso da D. Margarida: “Após ter começado a violência por parte do meu marido, este recusava-se a dar-me dinheiro, tendo de ser eu sozinha a sustentar a minha casa, os meus filhos (...)”. Em alguns casos, exigiam, ainda, que as mulheres lhes dessem dinheiro, o qual utilizavam para outros fins que não as necessidades da família, mas as suas próprias necessidades, tais como o tabaco e o jogo, entre outros.

As *amizades significativas*, considerável factor de suporte social que poderia ajudar a deixar a situação de violência, são apresentadas como um importante factor na vida destas mulheres. Na verdade, todas revelaram ter amigos significativos, com

quem puderam contar ao longo da vida. Tal como refere a D. Madalena: *“Sempre tive grande facilidade em fazer amigos. Assim tive sempre muitos amigos significativos durante toda a minha vida.”* Contudo, o medo e a vergonha são, normalmente, factores que as impedem de revelar a situação de violência que estão a viver e retardam, por isso, o pedido de ajuda. Assim, todas estas mulheres referem ter tentado esconder e manter em segredo, durante muito tempo, o que estava acontecer, mesmo que isso implicasse o afastamento deste apoio social, como podemos verificar no caso da D. Sofia: *“Tinha muitos amigos que se afastaram devido à segunda relação que (...) mantinha, pois tentavam [ajudar], mas [eu] não deixava.”*

Estas mulheres apresentam modelos interiorizados da família ideal, o que as leva a vivenciar sentimentos de frustração e vergonha, dado que a situação familiar real não corresponde à imagem da família por elas idealizada, achando-se, na maioria das vezes, culpadas pelo facto de a relação não estar a funcionar como desejariam, devido, também, à pressão psicológica de que são vítimas por parte dos maridos ou companheiros, os quais estão constantemente a inferiorizá-las.

Muitas vezes, as vítimas revelam-se mais tolerantes à violência, minimizando as suas consequências, ou porque são influenciadas pelos estereótipos culturais que enfatizam a normalidade da violência (Nabi & Horner, 2001, cit. Machado, Matos & Moreira, 2003), ou pela tentativa de preservação da família a todo o custo e a crença de que a violência foi um acto isolado apenas (Machado, Matos & Moreira, 2003). Podem também permanecer na relação, interpretando tais ocorrências como episódios sem significado e não denunciar os abusos, o que no caso destas vítimas ocorreu diversas vezes. Por exemplo, em contexto de consulta, principalmente no início do processo de acompanhamento, foi muito usual estas mulheres afirmarem *“a minha família nunca aceitaria que me separasse”, “é uma cruz que tenho de carregar até ao fim da minha vida”, “ele estava fora dele, por isso é que me bateu”,* desculpabilizando o agressor e justificando a violência.

Referindo-nos agora aos *relacionamentos amorosos* das mulheres participantes neste estudo, verificamos que na sua maioria tiveram um só relacionamento amoroso significativo, com o homem responsável pela violência exercida. Podemos, provavelmente, atribuir a esta situação o facto de a maioria destas mulheres afirmarem não acreditar no amor ou nos relacionamentos amorosos, visto terem tido experiências negativas enquanto se dedicavam totalmente a uma relação: *“Sinceramente neste momento não consigo acreditar no amor. Nem gosto de falar nisso.”* (D. Margarida). É,

ainda, importante referir que, das cinco mulheres que participaram no estudo, três delas casaram pouco tempo depois de conhecer e começar a namorar com aquele que viria a ser o agressor. Da mesma forma as mulheres que viviam em união de facto também se juntaram muito precocemente. Parece, assim, que a precocidade da relação conjugal possa constituir um factor igualmente importante a este nível, uma vez que, de acordo com a investigação, o pouco tempo de relação de namoro não permite que estas mulheres conheçam verdadeiramente o homem com que casaram. Só quando vivem juntos conhecem realmente a outra pessoa, tal como Chesnais refere: “A família é o lugar do paradoxo. Centro da afeição, refúgio contra a adversidade, é também o foco principal da violência, o único lugar onde cada um pode descobrir, sem disfarce, a sua verdadeira face... Mas a violência contra os membros de uma mesma família é algo do qual não se costuma falar: ela é secreta e vergonhosa.” (Chesnais, 1981, p. 78, cit. in Barros, 2000, p.10).

No que diz respeito à *saúde*, todas as participantes são relativamente saudáveis, apresentando apenas alguns problemas de saúde. De referir, no entanto, que duas destas mulheres tentaram, pelo menos uma vez, cometer o suicídio, tendo a D. Sofia tentado três vezes. No entanto, o pensamento de cometer o suicídio é comum entre todas as mulheres participantes, que afirmam já ter pensado fazê-lo mais do que uma vez. Referiram que este pensamento ocorre quando acham que já não há mais solução para a sua vida, que “*não vou sair deste inferno e vai ser sempre assim*” (D. Margarida), ou seja, quando estão no seu limite, desesperadas, e não vêem alternativas à vivência da violência diária.

A religião tem uma importância significativa na vida destas mulheres, sendo todas elas católicas e mantendo essa religião ao longo da vida. No caso da D. Madalena, a religião tem uma importância acrescida, uma vez que, é católica praticante e uma grande parte da sua vida é “*dedicada a Deus e à minha fé*”.

Relativamente aos filhos das vítimas, tal como a literatura tem documentado de uma forma ampla (e.g. Mo-Yee Lee, 2001); Wilson, 1997), o facto de assistirem à violência interparental e, muitas vezes, estarem nela envolvidos, sendo vítimas indirectas, ou mesmo directas, provoca um forte impacto negativo, designadamente a nível cognitivo, comportamental, e emocional, pois em contacto com estes conflitos, os filhos ficam ansiosos e inseguros, “tendo quase que escolher entre o pai ou a mãe”. Esta experiência pode condicioná-los a vários níveis, influenciando particularmente a esfera social da sua vida (e.g. McCloskey & Lichter, 2003). Seguem-se relatos das

participantes referentes às consequências que a violência conjugal teve nos seus filhos: *“Ele só sabe manipular os filhos, para além de fazer questão de lhes dizer que eu não valho nada, nem como mulher nem como mãe, imagine que o mais novo, está de tal forma influenciado que até já ajuda o pai a bater-me (...)”* (D. Luísa); *“o mais novo prefere que os pais se divorciem, mas o meu filho mais velho diz-me que não quer os pais separados, (...) fecha-se muito no quarto dele e já muitas vezes o apanhei na cama a chorar, não fala comigo sobre o assunto, a não ser dizer que tenho que aguentar, foi o homem que escolhi, (...) isto entristece-me muito, porque é a única razão que me leva a não divorciar, (...) nunca deixaria o meu filho para trás”* (D. Francisca); *“os meus filhos não querem saber do pai para nada, mas não os condeno, ele nunca foi pai, só para lhes bater é que estava lá (...) uma vez quando os miúdos ainda frequentavam a primária, quase que esmagava o meu filho mais novo contra a parede com a mesa de madeira por ele ter falado”* (D. Margarida).

Tal como Lourenço refere “a violência doméstica faz parte integrante da experiência de muitos lares, o que tem levado muitos autores a dizer que a casa é um dos lugares mais ‘perigosos’ das sociedades modernas (...)” (cit. in Rocha *et al*, 1999, pág. 170.)

4. Conclusão

A análise do discurso das mulheres participantes neste estudo sugere que a gravidade e a intensidade dos maus tratos, assim como o seu impacto, tanto a nível físico como a nível psicológico, têm tendência a intensificar-se com o aumento da sua frequência. Da mesma forma, a frequência dos episódios de violência tem tendência a aumentar ao longo do tempo de relação conjugal ou marital. A quase totalidade das participantes refere a ocorrência, quase diária, de episódios de violência, exceptuando-se, após os incidentes violentos demasiado graves, a *fase de “lua-de-mel”*, descrita por Walker (1979) no ciclo da violência, situação também muito frequente.

De um modo geral, em todos os casos pôde verificar-se a presença da escalada, um aumento da frequência da violência ao longo da relação, tendo na quase totalidade dos casos, os maus tratos começado ainda na fase de namoro entre o casal (cf. *Biogramas*). Na verdade, durante o namoro, este tipo de controlo, por parte dos

agressores, era percebido por estas mulheres como uma demonstração de amor e afecto, assim como de ciúmes, mas não como uma tentativa de privar as mulheres da sua vida pessoal ou da sua independência enquanto ser humano comum. Relativamente à escalada da violência ao longo do tempo da relação, as mulheres justificam a sua presença com o aumento da confiança por parte do agressor, tendo em conta o conjunto de estratégias que este utiliza com objectivo de as controlar e fazer permanecer na relação, além do seu isolamento social e sentimentos de vergonha e culpa face aos episódios de violência.

À medida que a relação avança, os episódios de violência parecem seguir um padrão comum, caracterizado pelo aumento da sua intensidade, emergindo, determinados momentos, principalmente o fim-de-semana, como circunstâncias de maior risco de ocorrência destas situações, facto que parece estar de acordo com o que tem vindo a ser encontrado por outros estudos nacionais (e.g. Matos, 2000). Nos relatos feitos pelas participantes, é possível perceber que atribuem a maior probabilidade de ocorrência da violência ao fim-de-semana, assim como diariamente à noite, ao facto de serem estes os momentos em que o casal passa mais tempo junto, ou seja, são estas ocasiões mais propícias a desentendimentos, desencadeando, naturalmente, episódios de violência, seja ela psicológica, física ou sexual.

Todas as entrevistadas afirmaram que o marido ou companheiro *“sempre teve um mau feitio”, “que por qualquer motivo desencadeava uma discussão”, “que era por tudo e por nada ou por coisas ridículas”,* percepcionando assim como imprevisível a ocorrência destes episódios, o que as leva a viver num medo constante, nunca sabendo o que vai acontecer. Assim, esta arbitrariedade é vivida pela maioria das mulheres como uma situação fortemente ansiogénica, sendo que referem estar quase sempre atentas, em “alerta”, com medo constante do momento em que os maridos ou companheiros chegam a casa, por exemplo, à noite, após a vinda do trabalho.

Outro tipo de situações precipitadoras de conflitos e, conseqüentemente, de episódios agressivos, referidas pelas inquiridas, incluem o facto de as mulheres não cumprirem o que os maridos ou companheiros determinam relativamente a qualquer tipo de comportamento ou tarefa, como por exemplo, *“fazer um jantar que ele não gosta”, “não querer ter relações sexuais quando ele quer”* (o que leva muitas vezes à violação sexual), uma contestação ou *“resposta da mulher que ele não goste”, “ir a algum sítio sem lhe pedir autorização ou que ele não queira que eu vá”,* entre outros.

Todas as mulheres inquiridas referem ter dado várias oportunidades aos maridos ou companheiros. Apesar do impacto das experiências de violência, reencontraram a esperança e acreditaram, muitas vezes, que os seus maridos ou companheiros pudessem mudar e controlar a sua agressividade. Contudo, pouco tempo depois, perderam novamente este sentimento, afirmando sentirem-se desiludidas, tristes e quase sem força, mas, mesmo assim, resistindo e mantendo a vontade de lutar por uma vida melhor. Tal como afirma Arendt (1989): “o medo e a esperança são os sentimentos mais perigosos no homem. O medo porque actua, impede que o ser humano modifique suas acções, reduz a possibilidade de plasticidade; acovarda, fragiliza-o e coloca-o na dependência/submissão ao outro. As ameaças que acompanham as tentativas de ruptura têm essa função. As promessas de não violência, por outro lado, anunciam um devir diferente, marcado pela ausência de não agressão.” (Barros, 2000, p.10). Comumente, uma das razões mais importantes para estas mulheres permanecerem na relação é a esperança de que o marido ou companheiro mude. Na verdade, algumas destas mulheres mantêm esta crença, contrariamente a outras que abandonaram esta ideia e pretendem recomeçar a sua vida, excluindo dela o agressor.

É visível, neste estudo, que a violência conjugal assenta numa relação de dominação e desigualdade entre géneros, baseada em tradições patriarcais, sendo assumido o direito de exercício do poder masculino sobre o feminino, tratando-se de uma dinâmica que envolve uma violência progressiva, sistemática e grave, incluindo múltiplas estratégias (e.g. violência física, subordinação, ameaças, isolamento e outras técnicas de controlo) que garantem o controlo e resultam na menor probabilidade de defesa por parte da vítima, acarretando consequências problemáticas severas, culminando, geralmente, em múltiplas tentativas de separação do cônjuge ou companheiro (Johnson & Leone, 2000, cit. Brehm, Perlman & Campbell, 2002).

Muitas vezes, as vítimas revelam-se mais tolerantes à violência, minimizando as suas consequências, ou porque são influenciadas pelos estereótipos culturais que enfatizam a normalidade da violência (Nabi & Horner, 2001, cit. Machado, Matos & Moreira, 2003), ou pelo desejo de preservação da família a todo o custo, além da crença de que a violência foi apenas um acto isolado (Machado, Matos & Moreira, 2003). Por outro lado, as vítimas permanecem na relação, interpretando ocorrências de violência como episódios sem significado, não denunciando os abusos, o que no caso destas vítimas ocorreu diversas vezes.

5. Considerações finais

No estudo apresentado, as maiores limitações encontradas prendem-se com o tamanho diminuído da amostra, pelas razões já atrás referidas, e com a desistência de três participantes, comprometendo a aplicação do biograma, não tendo sido, desta forma, possível realizar todas as fases que o método utilizado implica. Assim, com base na entrevista inicial semi-estruturada foi possível construir o gráfico do biograma, mas não proceder às fases subsequentes.

Por outro lado, a frequência dos episódios em que a utente chegou ao contexto do gabinete em situação de crise dada a gravidade do último episódio de violência vivido, levou ao adiamento da aplicação do biograma prevista para cada uma dessas sessões, uma vez que a participação no estudo passava, obviamente nestas situações, para segundo plano, alongando o período de recolha de dados. Na nossa perspectiva, a falta de continuidade na aplicação do biograma afectou os resultados obtidos e prejudicou, sobretudo, o objectivo final deste instrumento, impedindo a (re) construção das vivências passadas do sujeito.

Sugerimos, por isso, que em futuras investigações seja obtida uma amostra mais ampla e diversificada e que sejam criadas condições para uma recolha mais prolongada no tempo, que permita passar pelas diferentes fases do biograma. Seria importante também comparar as significações construídas por vítimas que tenham já abandonado o agressor há algum tempo, com e sem apoio psicológico, e por vítimas que se mantenham ainda na relação.

Não obstante estas limitações e dificuldades, pensamos ter acedido a dados importantes e esperamos ter contribuído para uma compreensão mais aprofundada dos processos e dinâmicas envolvidos na problemática da violência doméstica, assim como dos significados particulares que estas vítimas atribuem aos episódios de violência que vivenciam. Procuramos verificar de que forma esta problemática afecta as mulheres vítimas de violência conjugal, em algumas esferas da sua vida, desde a relação familiar, considerando ainda o impacto da violência nos filhos destas vítimas, até ao suporte social disponível, analisando as relações sociais significativas para estas mulheres, e de que forma percebem a possibilidade de (re)construir uma vida futura melhor.

É, contudo, necessário considerar as idiossincrasias, quer das vítimas, quer dos agressores, cujas experiências de violência na intimidade não se explicam

invariavelmente pelos mesmos factores, existindo e estando envolvidas várias dinâmicas e processos complexos. Daí que para as vítimas de violência conjugal a mudança, a procura de condições de vida que não incluam a violência, implique o recurso a diversas estratégias, implicando um conjunto de esforços, a nível individual, familiar, institucional e social.

Referências Bibliográficas

Agra, C & Matos, A.P. (1997). *Trajectórias desviantes*. Estudos Interdisciplinares Droga-Crime, vol.11. Portugal: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios*. Coimbra: Quarteto Editora.

Almeida, A. (2003). *Histórias de Revitimação: uma análise de seus significados e sentido*. Seminário, FPCEUP, Porto, Portugal.

Amor, P. (2000) *Perfil psicopatológico de lãs mujeres maltratadas*. *Comunicações do Seminário da Universidade Internacional Menéndez y Pelayo*. Valencia, 5-9 de Junho.

Anderson, D. & Saunders, D. (2003). Leaving an Abusive Partner: An Empirical Review of Predictors, the Process of Leaving and Psychological Well-Being. *Trauma, Violence & Abuse*, vol.4, n.2, 163-191.

Antunes, M. (2002). *Violência e vítimas em contexto doméstico*. In Gonçalves, R. A. & Machado, C., *Violência e Vítimas de Crime*, 43-77.

APAV. (1999). *Manual Alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica*. Lisboa: Artes Gráficas Simões, Lda.

Barros, M. (2000). Violência contra a mulher: as marcas do ressentimento. *PSI – Ver. Psicol., Soc., Instit.*, vol.2, n.2, 129-148.

Buzawa, E. S. & Buzawa, C.G. (1996). *Domestic violence: the criminal justice response*. California: Sage

Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, vol.4, 485-493.

Costa, M. & Duarte, C. (2000), *Violência Familiar*, Porto: Edições Ambar.

Denzin, N.K. (1989). *Interpretive biography*. U.S.A.: Sage Publications.

Duarte, C. (2005). *Percepções de Conflito e Violência Conjugal*. Tese de Doutoramento, FPCEUP, Porto, Portugal.

Fernandes, E. & Maia, A. (2001). *Grounded theory*. *Centro de Estudos em Educação e Psicologia*, Universidade do Minho, 49-76.

Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2007 (2008). Gabinete Coordenador de Segurança Interna.

Hamel, J., nd, *Domestic Violence Today, Part 4: Relationship Dynamics*. LCSW

Hamel, J., nd, *Domestic Violence Today, Part 7: Power and Control*. LCSW

Laurence, B. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Lourenço, N.; Lisboa, M. & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a igualdade e direitos das mulheres.

Machado, C. & Gonçalves, R.A. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes vol 1 – Adultos*. Coimbra: Quarteto.

Machado, L. & Magalhães, M. (1998). *Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas*. Série Antropológica: Brasília.

Manita, C. & Agra, C.M. (1999). The study of psychological self-organization processes in deviant pathways: contributions of the biogram method. In S. Brochu, C. Agra & Cousineau M. (Eds.). *Drugs and deviant pathways*. England: Ashgate.

Manita, C. (2001). *Evolução das significações em trajectórias de droga-crime (II): Novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes?*. *Revista Toxicodependências*, vol.7, n.3, 59-72.

Manita, C. (2005). *A Intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal*. Estudo preliminar de caracterização. Lisboa: CIDM.

Matos, M. & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, n.2, 373-388.

Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento, FPCEUP, Porto, Portugal.

Martins, J. A. (2004). *Prostituição: Percursos (com) sentidos*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, não publicada. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Mendes, M. (2004). *Vivências da abstinência: As Significações do uso de drogas ao longo da trajectória de ex-consumidores de drogas duras*. FPCEUP, Porto, Portugal.

Rocha, G. (1999). *A Situação das Mulheres nos Açores*. Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal.

Silva, C. (2002). *A água que corre*. Relatório de Estágio: Centro de Ciências de Comportamento Desviante, Gabinete de Estudos e de Atendimento a Vítimas, FPCEUP, Porto, Portugal.

Silva, L. (1995). *Entre marido e mulher, alguém meta a colher*. Celorico de Basto: A Bolina.

Simioni, A. et al. (1996). *Metodologia qualitativa nas pesquisas em saúde colectiva: considerações teóricas e instrumentais*. Universidade de São Paulo, Brasil.

Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage Publications.

Tinoco, R. & Pinto, S. (2001). *Abordagem biográfica das toxicodependências – o biograma como instrumento de intervenção clínica*. Toxicodependências, vol.7, n.1, 17-22.

Tinoco, R. & Pinto, S. (2003). *As potencialidades clínicas do biograma*. Revista Toxicodependências, vol.9, n.3, 39-46.

Walker, L. E. (1997). *The battered women*. Washington, DC: Harper & Row.

Widom, C. & Maxfield, M. (2001). *An Update on the "Cycle of Violence"*. National Institute of Justice: Washington, DC.

www.apav.pt/home.html, acedido em 22 de Janeiro de 2008 e 4 de Junho de 2009.

www.psicronos.pt/index.html, acedido em 22 de Janeiro 2008.

http://diario.iol.pt/noticia.html?id=969520&div_id=4207, acedido em 22 de Janeiro 2008.

http://dn.sapo.pt/2005/11/14/sociedade/violencia_comeca_namoro.html, acedido em 22 de Janeiro 2008.

Anexos

Anexo A

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma

Entrevista semi-estruturada para o Biograma

Data de início de aplicação:

Perguntas de âmbito geral

- Nome: (nome fictício)
- Idade:
- Naturalidade:
- Estado civil actual:
- Família
 - Família de origem: dados sobre os elementos, tempo de permanência nesta família, alterações significativas:
 - Infância
 - Como caracteriza o relacionamento que mantém com os seus pais?
 - Que tipo de educação considera ter recebido?
 - Tem irmãos? Se sim, quantos?
 - Como se relaciona com eles?
 - Família constituída:
 - Qual o ano do seu casamento?
 - Que idade tinha quando casou?
 - Duração desta relação:
 - Quantos filhos tem?
 - Fruto desta união?
 - Qual o ano de nascimento dos seus filhos?
 - Quais são as pessoas que, neste momento, vivem consigo?
- Relacionamentos amorosos
 - Quais os motivos de ruptura com o seu ex-marido?
 - Já teve alguma união conjugal (casamento ou não) anteriormente, ou posteriormente? Se sim, quantas? Com que idade?
- Amizades
 - Amigos significativos:
 - Idades:
 - Motivos de ruptura:

- Saúde

- Já teve algum problema de saúde? Se sim, quais? Qual a origem desses problemas?
- Ficou com sequelas devido a esses problemas de saúde?

- Religião

- Qual é a sua religião?
- Com que regularidade assiste a actos religiosos?
- Qual a importância / Influência da religião na sua vida?

- Percurso escolar

- Qual o seu nível de escolaridade?
- Idade de início e de término.
- Habilitações, grau de ensino, curso, motivos.

- Período laboral

- Idade de início:
- Qual a sua actividade / profissão actual?
- Que outras profissões já exerceu? Nenhuma.
- Influência da profissão na sua vida:
- Motivos:

- Situação económica

- Períodos de situações económicas:
 - baixa, média, alta.
- Motivos.

- Residência

- Idade, zonas e local da residência, períodos, motivos.

Questões relacionadas com a sua união

Como conheceu o seu conjugue ou companheiro?

Quanto tempo namorou com ele?

Como descreveria a sua relação de namoro?

Consegue identificar tensões ou conflitos existentes nessa etapa?

O que a levou a decidir a casar?

O que significa para si o amor?

O que representa para si a maternidade?

Como é que o seu marido (ex-marido) se relaciona com o(s) filhos?

Existe partilha de responsabilidades no desempenho de tarefas domésticas e familiares? De que forma é realizada?

De que forma encara, actualmente, o seu casamento (ex-casamento)?

Associa a degradação da sua relação a algum momento particular?

Perguntas relacionadas com os maus-tratos

- Violência

- Períodos de violência, motivos e causas.

Foi vítima de maus-tratos em criança?

Se sim, quem e como exercia esses maus-tratos?

Os seus pais tinham tendência para bater?

Se sim, como e porquê?

Na sua adolescência foi vítima de maus-tratos? Se sim, por parte de quem?

Teve episódios de violência durante o seu namoro? Com que idade? Que tipo de violência era exercida?

Que influência teve na sua vida?

Agora, vamos falar um pouco dos tipos de maus-tratos a que tem sido submetida

Quais os actos de que considera ter sido vítima?

1. Gritos ou ameaças, com o objectivo de aterrorizar.
2. Acordada a meio da noite, também com o objectivo de aterrorizar.
3. Perseguição na rua ou local de trabalho, com igual objectivo.
4. Recusa em dar-lhe dinheiro para casa.
5. Partir mobília ou outros objectos.
6. Atirar a comida para o chão.
7. Rasgar os seus documentos ou as suas roupas.
8. Ameaças e chantagens do tipo “tiro-te os filhos”, “mato-te”, ou “deito fogo à casa”.
9. Ameaças com armas de fogo ou brancas.
10. Desviar a sua correspondência.
11. Trancar ou retirar o telefone.
12. Tirar-lhe as chaves de casa.
13. Tirar-lhe os seus documentos.
14. Maltratar ou receber mal os seus familiares ou amigos.
15. Obrigá-la a deixar o emprego para que fique só em casa.
16. Fazer comparações negativas sobre si e outras pessoas.

17. Dizer mal de tudo o que faz.
18. Palavras ou comportamentos que a diminuíssem.
19. Comentários negativos à sua aparência.
20. Socos no peito.
21. Empurrões pela escada abaixo.
22. Dar-lhe sovas.
23. Bater-lhe e deitá-la contra a parede ou chão.
24. Apertar-lhe o pescoço.
25. Pontapés na barriga durante a gravidez.
26. Fechá-la ou proibi-la de sair ou de contactar com o exterior por qualquer meio.
27. Tentativa ou concretização de violação.
28. Obrigá-la a prostituir-se.
29. Outros? Quais?

Quando é que se iniciaram esses abusos?

Com que frequência ocorrem esses actos?

Qual o espaço em que normalmente ocorrem?

Dos actos que enunciou, quais foram os primeiros a ocorrer e os mais recentes?
Violência psicológica ou violência física?

Se lhe pedisse para ordenar de que forma o faria?

O autor dos actos de que foi vítima consome habitualmente álcool e/ou droga?

Se respondeu afirmativamente à questão anterior, acha que há alguma relação entre a acção de violência de que foi vítima e o consumo habitual de álcool e/ou droga do autor?

Na sua opinião, a que se deve a violência contra si exercida? Quais os motivos?

Existe alguma circunstância específica que propicie a ocorrência dos maus-tratos?

Qual a influência que este tipo de violência tem na sua vida?

Mais informações dos períodos de violência; Motivos e causas; Tipos de violência.

Questões sobre os pedidos de ajuda

A quem é que tem pedido ajuda ao longo do tempo?

Como tem sido as respostas? Vão de encontro aquilo que esperava?

Qual o tipo de contacto realizado com a APAV?

Em que período da sua vida?

Motivo que a levou a pedir ajuda na APAV?

Quem efectuou o primeiro contacto?

Qual o número de atendimentos que já foram realizados pela APAV?

Considera que o acompanhamento que tem tido na APAV alterou a sua forma de ver as coisas e encarar o problema?

A que outras instituições pediu ajuda e quando?

Anexo B

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Francisca

Anexo C

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Sofia

Anexo D

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Luísa

Anexo E

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Margarida

Anexo F

Entrevista Semi-estruturada para o Biograma da D. Madalena

Anexo G

Quadro 1. Dados demográficos relativos às participantes

Caracterização das participantes

No quadro 1 estão reunidos os dados demográficos que caracterizam as participantes deste estudo.

Dados demográficos				
Participantes (Nome fictício)	Idade	Estado civil	Número de filhos	Profissão
Francisca	34	Casada	2	Empregada de loja
Sofia	38	Divorciada União de facto	1	Empregada de limpeza
Luísa	49	União de facto	2	Empregada de limpeza
Margarida	47	Processo de divorcio a decorrer	2	Empregada de loja
Madalena	51	Casada	2	Auxiliar da acção médica e telefonista num hospital

Quadro 1. Dados demográficos relativos às participantes

Anexo H

Quadro 2. Dados relativos à natureza da relação

Caracterização das relações de abuso

No quadro 2 estão os dados relativos à natureza da relação de maus tratos conjugais.

Participantes (Nome fictício)	Natureza da Relação			
	Estado civil	Duração da relação	Duração dos maus tratos	Tipo de vitimação
Francisca	Casada	18	20	Psicológica e Física
Sofia	Divorciada	13	15	Psicológica, Física e Sexual
	União de facto	3	6	Psicológica e Física
Luísa	União de facto	18	18	Psicológica, Física e tentativa de homicídio
Margarida	Processo de divórcio a decorrer	22	23	Psicológica, Física e tentativa de homicídio
Madalena	Casada	33	34	Psicológica, Física e Sexual

Quadro 2. Dados relativos à natureza da relação